



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ROSANA MARQUES LOBO

**PERSPECTIVAS DO MICROCRÉDITO PARA OS BENEFICIÁRIOS DO
BOLSA FAMÍLIA EM FORTALEZA**

**FORTALEZA
2017**

ROSANA MARQUES LOBO

PERSPECTIVAS DO MICROCRÉDITO PARA OS BENEFICIÁRIOS DO
BOLSA FAMÍLIA EM FORTALEZA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira

FORTALEZA

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L785p Lobo, Rosana Marques.
Perspectivas do microcrédito para os beneficiários do Bolsa Família em Fortaleza /
Rosana Marques Lobo. – 2017.
72 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará,
Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências
Econômicas, Fortaleza, 2017.

Orientação: Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira.

1. Pobreza. 2. Programas sociais. 3. Bolsa Família. 4. Microcrédito. 5. Emancipação. I.
Título.

CDD 330

ROSANA MARQUES LOBO

PERSPECTIVAS DO MICROCRÉDITO PARA OS BENEFICIÁRIOS DO
BOLSA FAMÍLIA EM FORTALEZA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fernando José Pires de Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

Aos meus pais, José e Fátima Lobo.

Ao meu esposo, Tiago Simões.

À minha irmã, Rafaela Lobo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que sempre me protegeu de todos os males, me guiou em todos os momentos da minha vida e me deu força para superar as dificuldades e seguir em frente.

Segundo, agradeço a minha família por todo amor, carinho, educação e apoio, que me foram dedicados em todos esses anos. Agradeço ao meu pai, José Lobo, que apesar de não ter formação completa, sempre me mostrou a importância dos estudos na vida de uma pessoa; por ter trabalhado arduamente para me proporcionar conforto e educação; e mesmo hoje, depois de aposentado, ainda trabalha para proporcionar uma vida melhor a sua família. Agradeço a minha mãe, Maria de Fátima, que abdicou de seus sonhos para criar duas filhas com toda dedicação e transformá-las em mulheres de bem; e por toda oração dedicada à minha vida e ao meu sucesso. Sem eles, com certeza, teria sido muito mais difícil chegar até aqui! Agradeço a minha irmã e amiga, Rafaela Lobo, por todos esses anos compartilhados de amor, companheirismo, dificuldades e superações.

Ao meu esposo e amigo, Tiago Simões, que sempre me dedicou amor e compreensão, acreditando no meu potencial e me incentivando incessantemente ao crescimento.

Aos meus tios por todo carinho e incentivo, em especial à Tia Conceição, que sempre foi uma segunda mãe para mim. Me apoiou nos momentos de dificuldades, tornando-os mais amenos.

Aos meus primos e amigos por toda parceria, aprendizado e incentivo, em especial aos meus primos Júnior Magalhães e Daniely Marques.

Aos meus amigos que conquistei durante a vida, em especial Hyndira e Natália, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando, ouvindo e incentivando.

Aos amigos de faculdade que levarei para a vida toda, Júnior Sousa, João Vitor, Alex Custódio e Lorainy Aristides, por todos os momentos compartilhados nas aulas, por toda troca de conhecimento, por todo apoio e incentivo.

A todo o corpo docente da UFC, que com brilhantismo contribuiu para o meu crescimento profissional.

Ao meu primeiro orientador, Aécio Alves de Oliveira, que me dedicou grandes momentos de conhecimento e reflexão, com paciência e sabedoria, que por motivos maiores deixamos de concluir o trabalho.

Ao meu orientador, André Vasconcelos Ferreira, que aceitou gentilmente continuar essa caminhada e finalizar esse trabalho incrível. Agradeço toda paciência, dedicação e parceria.

Aos professores, Fernando José Pires de Sousa e Carlos Américo Leite Moreira, que fizeram parte da banca e contribuíram de forma criteriosa na finalização desse trabalho.

A todas as pessoas que me ajudaram de forma direta ou indireta na consolidação desse sonho.

“E os sonhos que você ousa sonhar
Realmente se tornam realidade”
(Ray Charles)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a contribuição dos programas sociais adotados pelo Brasil, como meio de redução de pobreza e desigualdade social. Em seu início, o estudo apresenta os aspectos gerais da economia brasileira e dos programas Bolsa Família e Microcrédito. O Bolsa Família é um programa de combate à pobreza através da transferência de renda e com condicionalidades que contribuem na saúde e na educação. O Microcrédito é um programa de inserção da população no mercado financeiro com incentivo ao empreendedorismo. O objetivo geral do trabalho é verificar as perspectivas que geram o Microcrédito para os beneficiários do Bolsa Família, em Fortaleza. O objetivo específico visa analisar a atuação dos programas na vida das pessoas, retratando o combate à pobreza e a colaboração para o desenvolvimento do país, assim como também, descobrir o perfil socioeconômico e o interesse dos beneficiários em ascender socialmente através do Microcrédito e como consequência, se emanciparem do Bolsa Família. Para evidenciar a atuação dos programas e apresentar o perfil dos beneficiários, foram realizadas entrevistas com perguntas subjetivas para uma amostra de 42 beneficiários dos dois programas, residentes em Fortaleza, Ceará. A última etapa do trabalho detalha as respostas e conclusões das entrevistas.

Palavras-chave: Pobreza. Desigualdade social. Programas sociais. Bolsa Família. Microcrédito. Emancipação.

ABSTRACT

The present work has as goal to evaluate the contribution of social programs applied in Brazil as curtailment means of poverty and social inequality. The study presents the general aspects of brazilian economy and the social programs, Bolsa Família e Microcredit. The program Bolsa Família is for combating poverty through the transfer of income and with conditionalities ensuring that add to education and heath. The Microcredit is a program that including the population in financial market with encouraging entrepreneurship. The main goal of the study is to verify the prospects that generate the Microcredit to the beneficiaries of Bolsa Família program in Fortaleza. The specific goal analyses the action of the programs in the people's life, illustrating the combat of poverty and the colaboration to the development of the country, as well as to find the socioeconomic profile and the interest of the beneficiaries to ascend socially throught the Microcredit and as result, they can emancipate to Bolsa Família program. The interviews were conducted with subjective questions to a sample of 42 beneficiaries of both programs to emphasize their actions and to present the beneficiaries' profile that live in Fortaleza, Ceará. The last step of the study details the answers and conclusions of the interviews.

Keywords: Poverty. Social Inequality. Social Programs. Bolsa Família. Microcredit. Emancipation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estimativa da População residente no Brasil, em julho de 2016 .	19
Quadro 2 - Distribuição da População - Brasil	20
Quadro 3 - Indicadores Sociais - Brasil	20
Quadro 4 - Evolução do IDH - Brasil	23
Quadro 5 - Economia - Brasil	23
Quadro 6 - Dados Ceará	26
Quadro 7 - Os quinze maiores PIBs do Ceará - Municípios Selecionados - 2010	26
Quadro 8 - Dados Fortaleza	29
Quadro 9 - Dados Fortaleza – Síntese das Informações	29
Quadro 10 - Produto Interno Bruto de Fortaleza, Ceará e Brasil, por segmento, em R\$ referente a 2010	31
Quadro 11 - Perfis de pessoas que podem se inscrever no Cadastro Único.	43
Quadro 12 - Tipos de benefícios do Bolsa Família	47
Quadro 13 - Valores destinados pelo Governo Federal para Transferências de Recursos e Bolsa Família	49
Quadro 14 - Valores destinados pelo Governo Federal para Transferências de Recursos e Bolsa Família por Região	50

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Retrato Social IDH - Brasil	21
Figura 2 - Ranking IDH 2015	22
Figura 3 - Índice de Desenvolvimento Humano de Fortaleza em 2010	30
Figura 4 - Fortaleza: Estabelecimentos Comerciais em 1862 e evolução dos ciclos econômicos	31
Figura 5 - Total da população brasileira em extrema pobreza	33
Figura 6 - Infográfico: Dimensões do desenvolvimento humano	37
Figura 7 - Famílias cadastradas no Cadastro Único	44
Figura 8 - Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família	48
Figura 9 - Efeitos do Bolsa Família na extrema pobreza	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	BRASIL – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	19
2.1	Ceará – Aspectos Socioeconômicos	25
2.2	Fortaleza – Aspectos Socioeconômicos	28
3.	DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA NO BRASIL	32
3.1	Superação da pobreza	35
4.	POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO BRASIL	37
4.1	Programa Fome Zero	41
4.1.1	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	41
4.1.2	Cadastro Único	42
5.	BOLSA FAMÍLIA E SEU OBJETIVO	45
5.1	Bolsa Família em números	49
6.	MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	52
6.1	A história do Microcrédito Produtivo Orientado	53
6.2	Características do Microcrédito Produtivo Orientado	54
6.3	Microcrédito no Brasil	56
7.	EMANCIPAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA ATRAVÉS DO MICROCRÉDITO	57
8.	RESULTADO DAS ENTREVISTAS	58
9.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	66
	ANEXO	72

1. INTRODUÇÃO

A pobreza constitui-se em um dos maiores problemas a serem enfrentados em nossa sociedade. É o resultado de uma combinação de diversos fatores socioeconômicos e políticos, sendo uma característica marcante de nossa civilização.

A alta concentração de renda nas mãos de poucos e os altos índices de pobreza no Brasil tornam-se um desafio a ser superado pelo Governo. Muitas pessoas vivem na pobreza ou na pobreza extrema sem ter suas necessidades básicas (alimentação, saúde, moradia...) garantidas. Mata (1979) afirma que o conceito de pobreza compreende as necessidades mínimas para a manutenção da vida, que consta de uma dieta básica e gastos como saúde, transporte e vestuário. O combate à pobreza e a inclusão social são temas recorrentes quando se analisam as políticas públicas implementadas na América Latina na última década.

A esperança de que a pobreza e a ignorância possam ser gradualmente extintas encontra de fato grande fundamento no seguro progresso das classes operárias durante o século XIX. A máquina a vapor livrou-as de muitos labores exaustivos e degradantes; os salários subiram; a educação progrediu [...]. Este progresso contribuiu mais do que qualquer outra coisa para dar interesse prático à questão se é realmente impossível que todos possam começar no mundo com uma justa oportunidade de levar uma vida culta, livre das penas da pobreza e das influências estagnantes das labutas excessivamente mecânicas (MARSHALL, 1996, p. 79).

O direito do ser humano não se restringe apenas a ter o que comer, consiste também no direito à educação, à saúde, a ser cidadão, a participar da vida social, a participar da democracia brasileira e, portanto, ter consciência desses direitos e inclusive lutar por eles.

Mill (1848) *apud* Hunt (1981), acreditava que para modificar o caráter, os hábitos e os julgamentos dos pobres,

[...] havia necessidade de uma dupla ação, dirigida ao mesmo tempo para sua inteligência e para sua pobreza. Uma educação nacional eficaz das crianças da classe trabalhadora era a primeira coisa necessária; concomitantemente, era preciso um sistema de medidas que acabasse com a pobreza extrema durante toda uma geração.

Com o intuito de resolver ou amenizar essa problemática, o Governo brasileiro direcionou seus programas de políticas públicas para duas vertentes: a primeira visa garantir os direitos fundamentais e as necessidades básicas através de uma transferência de renda por meio do programa Bolsa Família e, a segunda, visa desenvolver o empreendedorismo através de incentivo com o Microcrédito Produtivo Orientado.

O Bolsa Família é um programa social do governo brasileiro, criado em 2003, pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social – MSD (2015), o Bolsa Família contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Consiste na transferência de renda para as famílias pobres com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade de renda. Para receber o Bolsa Família, a família é condicionada a manter seus filhos na escola. É considerado um dos principais programas de combate à pobreza no mundo.

O Bolsa Família ajuda na solução do problema a curto prazo; a ideia é de alívio imediato dos problemas financeiros e alimentares, porém ele não garante uma melhoria de vida continuada para a população.

O Microcrédito Produtivo Orientado ganhou destaque com o professor de economia Muhammad Yunus que o idealizou e operacionalizou no seu país, Bangladesh, localizado na Ásia. O êxito do seu banco, o Grameen Bank, obteve-se em propiciar aos seus clientes as condições para que construíssem uma estabilidade financeira gerando benefícios para toda a família.

O Microcrédito consiste em empréstimos de pequeno valor com o objetivo de incentivar empreendedores através da concessão de crédito e orientação financeira. De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2013), o microcrédito é a concessão de empréstimos de valores pequenos a empreendedores formais e informais, geralmente sem acesso ao tradicional sistema financeiro. Tem como principal característica a ausência de garantias reais, já que a maioria das transações tem como garantia o aval solidário (grupo de amigos que avalizam a operação de crédito uns dos outros).

A partir do sucesso do microcrédito em Bangladesh, tal ferramenta passa a ser utilizada por vários países na esfera internacional, dentre eles o Brasil.

Sustenta-se que uma das alternativas de emancipação do Bolsa Família, é justamente através do Microcrédito. Com o empreendedorismo, as pessoas podem gerar sua renda, garantir seu sustento e, como consequência, não depender de programas de transferência de renda. O Microcrédito contribui para o crescimento e ascensão do negócio, repercutindo em uma melhoria na qualidade de vida da família.

Na medida em que o Bolsa Família vem proporcionando às famílias o acesso às necessidades básicas como alimentação, educação e moradia; e o Microcrédito Produtivo Orientado proporcionando trabalho e renda, se faz importante o estudo de uma evolução dos programas sociais, onde as pessoas se emancipem dos programas assistencialistas, como o Bolsa Família, e sobrevivam de rendas geradas por seu trabalho através de incentivos de programas desenvolvimentistas, como o Microcrédito Produtivo Orientado.

O trabalho tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre os efeitos do Bolsa Família e do Microcrédito, como redução de pobreza e desigualdade social no Brasil. Para tanto, foi utilizada uma entrevista de levantamento social realizada com beneficiários dos dois programas. A entrevista mostra o perfil socioeconômico dos beneficiários e suas perspectivas de vida. A amostra foi de 42 beneficiários, retirada da cidade de Fortaleza – CE, caracterizada como não probabilística e a escolha foi por conveniência considerando as características particulares do grupo em estudo.

Com essas entrevistas, buscou-se entender as contribuições, os impactos e as falhas dos programas na vida dessas pessoas. Também procurou-se entender a perspectiva das famílias em deixar o Bolsa Família através de uma ascensão por meio do Microcrédito.

O trabalho justifica-se pela importância das ferramentas utilizadas pelo governo no combate à pobreza através dos programas sociais e, paralelamente, nos incentivos ao desenvolvimento econômico da população.

O procedimento metodológico utilizado na pesquisa se fez através do uso de fontes secundárias, por meio de recursos bibliográficos (como fontes impressas, publicações em livros, teses e pesquisas), documentais, entre outros. Outra ferramenta de pesquisa utilizada compreende a entrevista direta com beneficiários dos programas por intermédio da aplicação de um questionário. Durante as entrevistas, também foram realizadas anotações sobre impressões particulares e conversas fora do contexto das perguntas.

A monografia está estruturada em 7 seções, além dessa introdução. A segunda seção apresenta um breve contexto sobre os aspectos socioeconômicos brasileiros. Na terceira e quarta seções, são abordados os temas da pobreza, das desigualdades sociais e das políticas públicas sociais no Brasil. Na quinta e na sexta, são abordados o surgimento e o desenvolvimento dos programas sociais Bolsa Família e Microcrédito, respectivamente. Na sétima é abordada a possibilidade de emancipação do Bolsa Família através do Microcrédito. Na oitava, serão analisados os resultados das entrevistas com beneficiários dos programas. Finalmente, nas considerações finais, são sistematizados os objetivos e resultados obtidos com o trabalho.

2. BRASIL – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O Brasil é o maior país da América do Sul e é dividido em 5 Regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Possui 26 estados e 1 Distrito Federal onde está sediada sua capital, Brasília.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), o Brasil possui uma população de 206.081.432 habitantes e uma extensão territorial de 8.515.767,049 Km².

A população brasileira está concentrada por ordem decrescente na Região Sudeste, com 42%, na Região Nordeste, com 28%, na Região Sul, com 14%, na Região Norte, com 8,5% e na Região Centro-Oeste, com 7,5%, como mostra quadro 1:

Quadro 1: Estimativa da População residente no Brasil, em julho de 2016

ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO COM DATA DE REFERÊNCIA EM 1º DE JULHO DE 2016	
BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO ESTIMADA
Brasil	206.081.432
Região Norte	17.707.783
Rondônia	1.787.279
Acre	816.687
Amazonas	4.001.667
Roraima	514.229
Pará	8.272.724
Amapá	782.295
Tocantins	1.532.902
Região Nordeste	56.915.936
Maranhão	6.954.036
Piauí	3.212.180 (*)
Ceará	8.963.663 (*)
Rio Grande do Norte	3.474.998
Paraíba	3.999.415
Pernambuco	9.410.336 (**)
Alagoas	3.358.963 (**)
Sergipe	2.265.779
Bahia	15.276.566
Região Sudeste	86.356.952
Minas Gerais	20.997.560
Espírito Santo	3.973.697
Rio de Janeiro	16.635.996
São Paulo	44.749.699
Região Sul	29.439.773
Paraná	11.242.720
Santa Catarina	6.910.553
Rio Grande do Sul	11.286.500
Região Centro-Oeste	15.660.988
Mato Grosso do Sul	2.682.386
Mato Grosso	3.305.531
Goiás	6.695.855
Distrito Federal	2.977.216

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas – DPE – Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS.

NOTA1: (*) diferença de 769 pessoas entre os Estados do Piauí e Ceará com relação a Projeção da População para o Brasil e Unidades da Federação 2013, para o ano de 2016, em virtude de alteração de limites entre municípios na fronteira interestadual.

NOTA2: (**) diferença de 436 pessoas entre os Estados de Alagoas e Pernambuco com relação a Projeção da População para o Brasil e Unidades da Federação 2013, para o ano de 2016, em virtude de alteração de limites entre municípios na fronteira interestadual.

De acordo com IBGE (2016), a população brasileira se distribui em 49,38% de homens e 50,62% de mulheres, concentrada em sua maioria na área urbana, conforme quadro 2 abaixo.

Quadro 2: Distribuição da População - Brasil

BRASIL

POPULAÇÃO

Densidade demográfica	24,9 hab/km ²
Homens	100.955.522 habitantes
Mulheres	103.495.127 habitantes
População residente em área rural	14,57 %
População residente em área urbana	85,43 %
População total	204.450.649 habitantes
Taxa bruta de mortalidade	6 por mil
Taxa bruta de natalidade	15 por mil
Taxa média anual do crescimento da população	0,909 %

Fonte: IBGE (2016)

Conforme dados do IBGE (2016), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro está em 0,755, conforme mostra o quadro 3.

Quadro 3: Indicadores Sociais - Brasil

BRASIL

INDICADORES SOCIAIS

Calorias consumidas	3.302 Kcal/dia
Esperança de vida ao nascer	74,5 anos
Índice de desenvolvimento humano	0,755
População com acesso a água potável	98 %
População com acesso a rede sanitária	83 %
População subnutrida	< 5 %
Taxa bruta de matrículas para todos os níveis de ensino	89,4 %
Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade	92,6 %

Fonte: IBGE (2016)

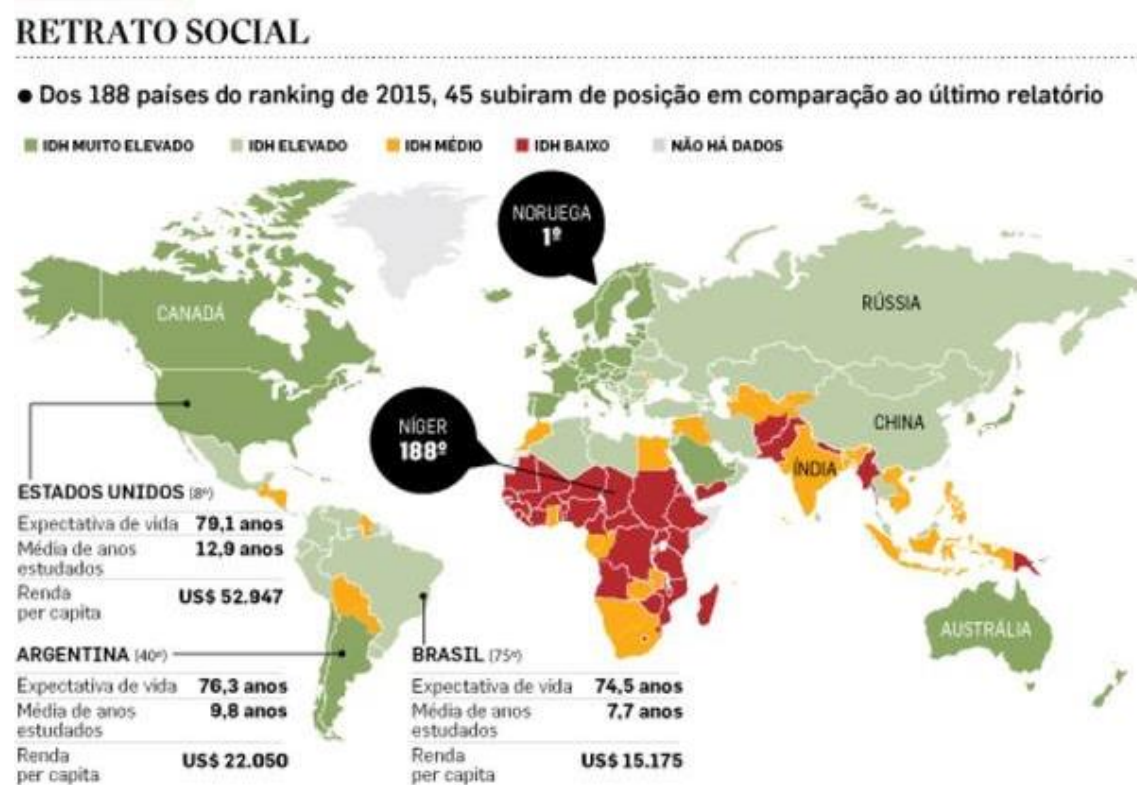
O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (2016), afirma que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice que

mede a longo prazo o progresso de 3 dimensões importantes para o desenvolvimento humano: renda, saúde e educação. Sua criação teve como objetivo contrapor o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, como o único indicador do desenvolvimento.

Para Martins (2015), o IDH brasileiro, que contempla indicadores como expectativa de vida, tempo de escolaridade e renda, teve um leve aumento entre 2013 e 2015, passando de 0,752 para 0,755. O Brasil segue junto com México, Uruguai, Venezuela e Cuba, dentre outros, enquadrados entre os países da categoria de Alto Desenvolvimento Humano, porém é o pior colocado entre esses citados.

Conforme mostram os dados abaixo (Figura 1), divulgados pelo IBGE (2015), o Brasil tem expectativa de vida de 74,5 anos, média de anos de estudo de 7,7 e uma renda *per capita* de US\$ 15.175.

Figura 1: Retrato Social IDH - Brasil



Fonte: IBGE (2015)

De acordo com o Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2015), de 188 países o Brasil ocupa a 75ª posição, conforme apresenta a figura 2.

Figura 2: Ranking IDH 2015

Ranking

Ranking	País	IDH	Ranking	País	IDH	Ranking	País	IDH
1º	Noruega	0,944	50º	Belarus	0,798	106º	Botswana	0,698
2º	Austrália	0,935		Rússia	0,798	107º	Maldivas	0,693
3º	Suíça	0,930	52º	Omã	0,793	108º	Egito	0,690
4º	Dinamarca	0,923		Romênia	0,793	109º	Turcomenistão	0,688
5º	Holanda	0,922		Uruguai	0,793	110º	Gabão	0,684
6º	Alemanha	0,916	55º	Bahamas	0,790		Indonésia	0,684
7º	Irlanda	0,916	58º	Kazaquistão	0,788	112º	Paraguai	0,679
8º	Estados Unidos	0,915	57º	Barbados	0,785	113º	Palestina	0,677
9º	Canadá	0,913	58º	Antigua e Barbuda	0,783	114º	Uzbequistão	0,675
10º	Nova Zelândia	0,913	59º	Bulgária	0,782	115º	Filipinas	0,668
11º	Cingapura	0,912	60º	Palau	0,780	116º	El Salvador	0,668
12º	Hong Kong, China	0,910		Panamá	0,780		África do Sul	0,668
13º	Liechtenstein	0,908	62º	Malásia	0,779		Vietnã	0,668
14º	Suécia	0,907	63º	Ilhas Maurício	0,777	119º	Bolívia	0,662
15º	Reino Unido	0,907	64º	Seychelles	0,772	120º	Quirguistão	0,655
16º	Islândia	0,899	68º	Trinidad e Tobago	0,772	121º	Iraque	0,654
17º	Coreia do Sul	0,898	69º	Sérvia	0,771	122º	Cabo Verde	0,648
18º	Israel	0,894	67º	Cuba	0,769	123º	Micronésia	0,640
19º	Luxemburgo	0,892		Libano	0,769		Guiana	0,636
20º	Japão	0,891	68º	Costa Rica	0,768	124º	Nicaragua	0,631
21º	Bélgica	0,890		Irã	0,768	126º	Marrocos	0,628
22º	França	0,888	71º	Venezuela	0,762		Namíbia	0,628
23º	Áustria	0,885	72º	Turquia	0,761	128º	Guatemala	0,627
24º	Finlândia	0,883	73º	Sri Lanka	0,757	129º	Taiquistão	0,624
25º	Eslavônia	0,880	74º	México	0,756	130º	Índia	0,609
26º	Espanha	0,876	75º	Brasil	0,755	131º	Honduras	0,606
27º	Itália	0,873	76º	Geórgia	0,754	132º	Butão	0,605
28º	República Checa	0,870	77º	São Cristóvão e Neves	0,752	133º	Timor-Leste	0,595
29º	Grecia	0,865	78º	Azerbaijão	0,751	134º	Síria	0,594
30º	Estônia	0,861	79º	Granada	0,750		Vanuatu	0,594
31º	Brunei Darussalam	0,856	80º	Jordânia	0,748	136º	Congo	0,591
32º	Chipre	0,850	81º	Macedônia	0,747	137º	Kiribati	0,590
	Catar	0,850		Ucrânia	0,747	138º	Guiné Equatorial	0,587
34º	Andorra	0,845	83º	Argélia	0,739	139º	Zâmbia	0,586
35º	Eslôvaquia	0,844	84º	Peru	0,734	140º	Gana	0,579
36º	Polónia	0,843	85º	Albânia	0,733	141º	Laos	0,575
37º	Litânia	0,839		Armênia	0,733	142º	Bangladesh	0,570
	Malta	0,839		Bósnia e Herzegovina	0,733	143º	Camboja	0,555
39º	Arábia Saudita	0,837	88º	Equador	0,732		São Tomé e Príncipe	0,555
40º	Argentina	0,836	89º	Santa Lúcia	0,729	145º	Quênia	0,548
41º	Emirados Árabes	0,835	90º	China	0,727		Nepal	0,548
42º	Chile	0,832		Fiji	0,727			
43º	Portugal	0,830		Mongólia	0,727			
44º	Hungria	0,828	93º	Tailândia	0,726			
45º	Bahrein	0,824	94º	Dominica	0,724			
46º	Letônia	0,819		Líbia	0,724			
47º	Cróacia	0,818	96º	Tunísia	0,721			
48º	Kuwait	0,816	97º	Colômbia	0,720			
49º	Montenegro	0,802		São Vicente e Granadinas	0,720			
			98º	Jamaica	0,719			
			100º	Tonga	0,717			
			101º	Belize	0,715			
				República Dominicana	0,715			
			103º	Suriname	0,714			
			104º	Maldivas	0,706			
			105º	Samoa	0,702			
						147º	Paquistão	0,538
						148º	Mianmar	0,538
						149º	Angola	0,532
						150º	Suazilândia	0,531
						151º	Tanzânia	0,521
						152º	Nigéria	0,514
						153º	Camarões	0,512
						154º	Madagascar	0,500
						155º	Zimbábue	0,509
						161º	Lesoto	0,487
						162º	Togo	0,484
						163º	Haiti	0,483
							Ruanda	0,483
							Uganda	0,483
						166º	Benin	0,480
						167º	Sudão	0,479
						168º	Djibuti	0,470
						169º	Sudão	0,467
						170º	Senegal	0,466
						171º	Afganistão	0,465
						172º	Costa do Marfim	0,462
						173º	Malawi	0,445
						174º	Etiópia	0,442
						175º	Gâmbia	0,441
						176º	Rep. Democrática Congo	0,433
						177º	Libéria	0,430
						178º	Guiné-Bissau	0,420
						179º	Mali	0,418
						180º	Moçambique	0,416
						181º	Serra Leoa	0,413
						182º	Guiné	0,411
						183º	Burkina Faso	0,402
						184º	Burundi	0,400
						185º	Chade	0,392
						186º	Eritreia	0,381
						187º	República Centro-Africana	0,350
						188º	Niger	0,348

Fonte: IBGE (2015)

Classificado como emergente, um país em desenvolvimento, o Brasil é a sétima economia do mundo considerando o critério de paridade do poder de compra (PPC). O PPC mede o quanto uma determinada moeda compra em termos internacionais (dólar), já que em outros países, bens e serviços têm preços diferenciados, ou seja, relaciona o poder aquisitivo de uma pessoa com o custo de vida do local, mostrando se ela consegue comprar tudo que precisa com o seu salário (CANDIOTA, 2016).

Conforme Naim (2009),

[O Brasil] É um dos poucos países que conseguiram com sucesso reduzir a desigualdade econômica, no momento em que as desigualdades em todos os lugares estavam em aprofundamento. Sucessivos governos brasileiros, de partidos políticos rivais, conseguiram melhorar a educação, a saúde e a qualidade de vida de milhões de cidadãos pobres e que agora se juntaram a uma crescente classe média. O Brasil tem uma política energética que gerou a mais vibrante indústria de biocombustíveis do mundo. Em 1995, 15 por cento das crianças em idade escolar não iam à escola. Em 2005, caiu para 3 por cento e hoje o Brasil praticamente atingiu o ensino básico universal.

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (2014) elaborado pelo PNUD, o Brasil, em 1980, tinha um IDH de 0,545 e, em 2013, estava com 0,744, uma variação positiva de 0,199, onde a classificação máxima é 1.

Quadro 4: Evolução do IDH - Brasil

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)									Classificação do IDH	Média anual de crescimento do IDH			
	Valor										Variação	(%)		
	1980	1990	2000	2005	2008	2010	2011	2012	2013			2008-2013*	1980-1990	1990-2000
79 Brasil	0,545	0,612	0,682	0,705	0,731	0,739	0,740	0,742	0,744	80	-4	1,16	1,10	0,67

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano (2014)

Conforme o IBGE (2016), o total do PIB brasileiro em 2015 era de US\$ 2.346.523 milhões e o PIB *per capita* brasileiro era de US\$ 11.387, como mostra o quadro 5.

Quadro 5: Economia - Brasil

BRASIL

Economia

Entrada de turistas	6.430.000 turistas
Gastos públicos com educação	5,8 % do PIB
Gastos públicos com saúde	9,7 % do PIB
Investimentos em pesquisa e desenvolvimento	1,15 % do PIB
Mulheres de 15 anos ou mais de idade economicamente ativas	60,03 %
PIB per capita	11.387 US\$
População de 15 anos ou mais de idade economicamente ativa	69,7 %
Total da exportação	225.098,41 milhões de US\$
Total da importação	229.060,06 milhões de US\$
Total do PIB	2.346.523 milhões de US\$

Fonte: IBGE (2016)

O Brasil se insere em vários blocos políticos e econômicos. De acordo com o Portal Brasil (2012), alguns dos grupos com participação do país são:

- Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul (BRICS): Sem estrutura formalizada, o grupo funciona como um espaço de ampliação do diálogo, identificação de convergências em diversas áreas; além de ampliar as possibilidades de acordos comerciais entre seus membros;
- G-20: Funciona como um espaço de ampliação do diálogo, identificação de convergências em diversas áreas; além de ampliar as possibilidades de acordos comerciais entre os participantes;
- Mercosul: Criado com o objetivo de promover a integração dos quatro Estados-Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos. Visa também ampliar as trocas comerciais entre os países do Mercosul e com países situados fora da zona de livre comércio;
- Unasul: Criado com o objetivo de construir um espaço de articulação cultural, social, econômico e político comum aos países da região. Dentre as prioridades estão a eliminação das desigualdades socioeconômicas, inclusão social e a participação cidadã e fortalecimento da democracia.

Os países subdesenvolvidos, onde se enquadra o Brasil, são caracterizados por grandes desigualdades na distribuição de renda, com uma parcela pequena de pessoas muito ricas e grande parte vivendo na pobreza; dependência econômica e tecnológica em relação aos países desenvolvidos; altos índices de analfabetismo, de mortalidade infantil e de natalidade; grande parte da população alimentando-se precariamente; parte da população vivendo em moradias precárias e na miséria.

Segundo Caminha (2016),

No Brasil, como em toda a América Latina, vários teóricos do desenvolvimento econômico, por critérios diferentes, concordam que o subdesenvolvimento da América Latina tem suas raízes no fato de termos estado, desde a fase colonial até os dias atuais, submetidos aos interesses externos.

O subdesenvolvimento brasileiro é marcado por aspectos como: pobreza, insuficiência alimentar, grande incidência de doenças, altas taxas de natalidade e de mortalidade infantil, precariedade no abastecimento de água, provável ausência de rede de esgotos. No capitalismo, sistema econômico brasileiro, predomina-se a propriedade privada, a busca pelo lucro, a acumulação de capital e o trabalho assalariado.

O capitalismo é um modo de produção fundado na divisão da sociedade em duas classes essenciais: a dos proprietários dos meios de produção (terra, matérias-primas, máquinas e instrumentos de trabalho) - sejam eles indivíduos ou sociedades - que compram a força de trabalho para fazer funcionar as suas empresas; a dos proletários, que são obrigados a vender a sua força de trabalho, porque eles não têm acesso directo aos meios de produção ou de subsistência, nem o capital que lhes permita trabalhar por sua própria conta (MANDEL, 1981).

Segundo Bielschowsky (2011), o Brasil teve dois ciclos ideológicos desenvolvimentistas:

[...] o primeiro foi de 1930 a 1964; o segundo, de 1964 a 1980. Até 1980, o desenvolvimentismo era o projeto de industrialização integral como via de superação da pobreza do subdesenvolvimento, conduzido com exclusividade pelo Estado. Depois nos anos 1980, passou a uma posição contrária, com a primazia do mercado, e se transformou em corrente hegemônica de pensamento, com estratégias e políticas voltadas para a globalização. Este, entretanto, não consegue ser desenvolvimentismo. Algo nesse sentido só será visto novamente a partir do primeiro Plano Plurianual do governo Lula, que é a ideia do crescimento por distribuição de renda, e acredito que ele vai vingar a longo prazo.

2.1 Ceará – Aspectos Socioeconômicos

O Ceará é uma das 27 unidades federativas do Brasil e está localizado na Região Nordeste, fazendo limites com o Oceano Atlântico e os estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

Conforme IBGE (2016), o Ceará possui uma população estimada em 8.963.663 habitantes e uma extensão territorial de 148.887,63 km², o que corresponde a 9,3% da área do Nordeste e 1,7% do Brasil.

Quadro 6: Dados Ceará

Ceará	
Capital	Fortaleza
População estimada 2016	8.963.663
População 2010	8.452.381
Área 2015 (km ²)	148.887,63
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	56,76
Rendimento nominal mensal domiciliar <i>per capita</i> da população residente 2015 (Reais)	680
Número de Municípios	184

Fonte: IBGE (2016)

A economia do Ceará é uma das mais diversificadas da Região Nordeste. O PIB cearense em valores correntes, em 2010, foi de R\$ 77,8 bilhões dos quais 47,65% estão concentrados na capital Fortaleza. Muito atrás, destacam-se algumas cidades médias da região metropolitana e do interior: Maracanaú (5,77%), Caucaia (4,34%), Sobral (3,02%), Juazeiro do Norte (2,52%), Eusébio (1,63%), São Gonçalo do Amarante (1,44%), Horizonte (1,28%), Crato (1,09%), Quixeré (1,00%), Iguatu (0,98%), Maranguape (0,97%), Aquiraz (0,88%), Itapipoca (0,80%) e Aracati (0,72%).

Quadro 7: Os quinze maiores PIBs do Ceará - Municípios Seleccionados - 2010

Ranking	Municípios	2010							
		Estrutura Setorial (%)			APU		Part. (%)	Valor Corrente	
		Agr.	Ind.	Serv.	APU/VA	APU/Serv.	PIB/CE	PIB pm (RS mil)	PIB pc (RS)
1	Fortaleza	0,11	21,27	78,62	13,91	17,69	47,65	37.106.309	15.161
2	Maracanaú	0,09	52,20	47,71	12,14	25,44	5,27	4.100.336	19.549
3	Caucaia	1,45	32,63	65,92	22,85	34,66	3,34	2.597.520	7.999
4	Sobral	1,21	37,23	61,56	18,56	30,14	3,02	2.348.207	12.472
5	Juazeiro do Norte	0,33	19,05	80,62	24,69	30,62	2,52	1.959.969	7.842
6	Eusébio	0,61	57,83	41,56	10,23	24,61	1,63	1.271.649	27.616
7	São Gonçalo do Amarante	6,44	38,73	54,83	25,00	45,60	1,44	1.117.611	25.431
8	Horizonte	2,37	52,19	45,44	13,16	28,95	1,28	995.679	18.053
9	Crato	2,86	16,38	80,76	26,75	33,13	1,09	846.429	6.969
10	Quixeré	3,65	6,12	90,24	5,70	6,31	1,00	776.829	39.997
11	Iguatu	4,45	16,22	79,33	26,25	33,09	0,98	763.190	7.907
12	Maranguape	4,34	38,59	57,07	28,76	50,40	0,97	753.273	6.671
13	Aquiraz	5,13	42,52	52,34	23,38	44,67	0,88	682.571	9.395
14	Itapipoca	6,82	22,35	70,83	33,82	47,75	0,80	626.530	5.398
15	Aracati	12,86	25,18	61,96	24,89	40,17	0,72	560.865	8.109
-	-	-	-	-	-	-	72,57	56.506.969	13.333
-	Ceará	4,16	23,71	72,13	22,69	31,45	100,00	77.865.415	9.217

Fonte: IPECE e IBGE (2012)

Segundo Couto Filho (2009),

Consolidar a evolução da economia no Ceará significa acompanhar o comportamento de nove ciclos que aconteceram, na sua maioria, pelas grandes secas e soluções baseadas em inovações criativas dos cearenses como meio de sobrevivência, estão baseados na Pecuária; Couro e carne do sol; Algodão; Rapadura e Café; Extrativismo vegetal; Extrativismo mineral; Lagosta e o caju; Turismo; e Indústria.

Ao longo do século XVIII, a economia do Ceará foi dedicada à venda de gado e de carne. Conforme Nogueira (2009), as charqueadas possibilitaram uma divisão do trabalho; uma inserção comercial entre sertão e litoral; o surgimento do mercado interno e uma variação da produção local com o couro. Com isso surgiu uma “civilização do couro”.

Com a Guerra de Independência dos Estados Unidos, no final no século XVIII, o cultivo de algodão foi impulsionado se tornando uma das principais atividades cearenses. Nogueira (2009) fala que o algodão possuía pequeno cultivo, porém ele se expandiu com a demanda externa que foi provocada pela revolução industrial e pela guerra de independência dos EUA – 1774-83. Além do cultivo de algodão, tínhamos a produção de café, as atividades agrícolas, pesqueiras e pecuárias de subsistência.

Ainda sendo uma economia sub industrializada em relação a outros estados do Brasil, a economia cearense não é mais baseada, sobretudo nas atividades agropecuárias, preponderando o setor terciário de comércio e serviços, com destaque para o turismo. De acordo com Couto Filho (2009), o turismo tem sido uma das maiores atividades de integração em crescimento, proporcionando empregos e rendas. Apesar disso, a pecuária ainda possui grande relevância para o estado. Há também uma evolução na produção de frutas e legumes no Vale do Rio Jaguaribe e de flores na Serra da Ibiapaba e no Cariri.

Conforme Francisco (2016),

O segmento industrial é bem diversificado e está em constante processo de expansão. A Região Metropolitana de Fortaleza é o local com a maior concentração de indústrias no Ceará. O couro é uma matéria prima fundamental para a indústria cearense, a produção ligada a ele é o principal ramo de atividade industrial do estado. A produção de calçados é responsável por 27% das exportações do Ceará. Outros setores importantes são o polo têxtil e de confecções de Fortaleza (capital) e do interior, vestuário, alimentício, químico, siderúrgico, além da metalmecânica.

O Nordeste brasileiro é, ao longo de sua história, marcado pela grande desigualdade social e a alta concentração de renda. Há muito tempo, discute-se alternativas de políticas que possam melhorar este cenário e gerar o desenvolvimento da região. Porém, longos períodos passaram-se, sem o investimento em políticas e projetos que focassem o desenvolvimento contínuo e sustentável da região Nordeste (SANTOS *et al* 2011).

A Região Nordeste, por ser economicamente subdesenvolvida, possui uma intensa emigração populacional para outras regiões, especialmente o Sudeste, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Seus problemas econômico-sociais são agravados pelas adversidades do meio natural, principalmente no sertão, de clima semi-árido, com a seca (LEVY, 2015).

Sabe-se que, historicamente, o Nordeste é acentuadamente castigado por seu clima semiárido e baixa pluviosidade, que geram consequências diretas na sua economia e sociedade. Em virtude dessas consequências, ações por parte do Estado foram tomadas ao longo dos anos, de forma a amenizar os custos associados aos períodos de estiagem (SANTOS *et al* 2011).

“O combate aos efeitos das sêcas tem consistido, até o presente, em medidas de curto prazo – principalmente de caráter assistencial – e de longo prazo, concentrando-se estas últimas na construção de uma rede de açudes.” (GTDN, 1967).

A seca gera grandes dificuldades sociais para a população que habita a região do semi-árido nordestino. Com a falta de água, torna-se difícil o desenvolvimento da agricultura e a criação de animais. Deste modo, a seca acarreta na falta de recursos econômicos, causando fome e miséria no sertão nordestino, que são os maiores problemas sociais e, os desencadeadores de muitos outros (LEVY, 2015).

2.2 Fortaleza – Aspectos Socioeconômicos

Fortaleza é um município brasileiro, capital cearense e situada na Região Nordeste. Conforme IBGE (2016), Fortaleza tem uma população estimada em 2016 de 2.609.716 habitantes contra 2.452.185 em 2010, teve um crescimento de 6,4% em 6 anos. Sua área territorial (km²) é de 315 e sua

densidade demográfica (hab/km²) é de 7.786,44, a maior entre as capitais do país.

Quadro 8: Dados Fortaleza

FORTALEZA	
População estimada 2016	2.609.716
População 2010	2.452.185
Área da unidade territorial 2015 (km ²)	315
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	7.786,44
Código do Município	2304400
Gentílico	Fortalezense

Fonte: IBGE (2016)

No quadro 9, se observa que Fortaleza apresenta uma população residente de 2.452.185 pessoas, onde as mulheres predominam com 53,1%.

Quadro 9: Dados Fortaleza – Síntese das Informações

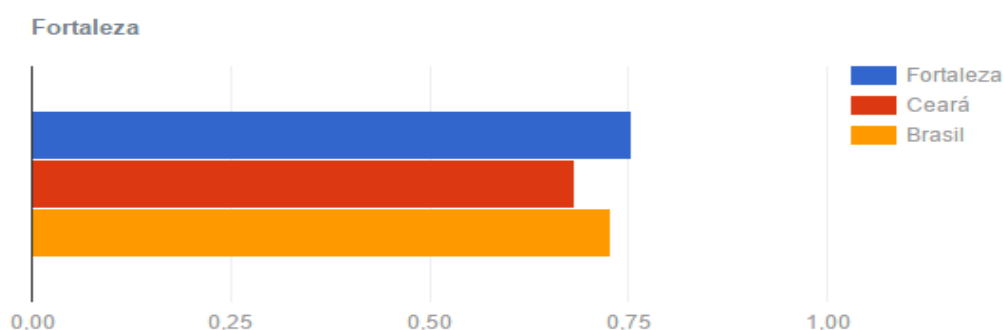
FORTALEZA	
Área da unidade territorial – 2015	314,93 km ²
Estabelecimentos de Saúde SUS	187 estabelecimentos
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,754
Matrícula - Ensino fundamental – 2015	315.211 matrículas
Matrícula - Ensino médio – 2015	101.376 matrículas
Número de unidades locais	66.373 unidades
Pessoal ocupado total	910.187 pessoas
PIB per capita a preços correntes – 2013	19.494,4 reais
População residente	2.452.185 pessoas
População residente – Homens	1.147.918 pessoas
População residente – Mulheres	1.304.267 pessoas
População residente alfabetizada	2.092.409 pessoas
População residente que frequentava creche ou escola	783.911 pessoas
População residente, religião católica apostólica romana	1.664.521 pessoas
População residente, religião espírita	31.691 pessoas
População residente, religião evangélicas	523.456 pessoas
Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – Rural	-

Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – Urbana	450 reais
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Rural	-
Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Urbana	2907,21 reais

Fonte: IBGE (2016)

Em 2010, Fortaleza teve um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,754, sendo classificada melhor que o Estado do Ceará que estava com 0,682.

Figura 3: Índice de Desenvolvimento Humano de Fortaleza em 2010



Fonte: IBGE (2016)

Segundo a Prefeitura de Fortaleza (2016), a cidade possui um comércio atuante e diversificado, distribuído pelo centro da cidade e nos 22 shopping centers que interligam a cidade. Sua produção industrial está basicamente centrada nos ramos de vestuário e calçados, artefatos de tecidos, couros e peles - alimentos, extração e beneficiamento de minerais não-metálicos e produtos têxteis.

No quadro 10, vemos o Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) de Fortaleza, Ceará e Brasil em 3 segmentos:

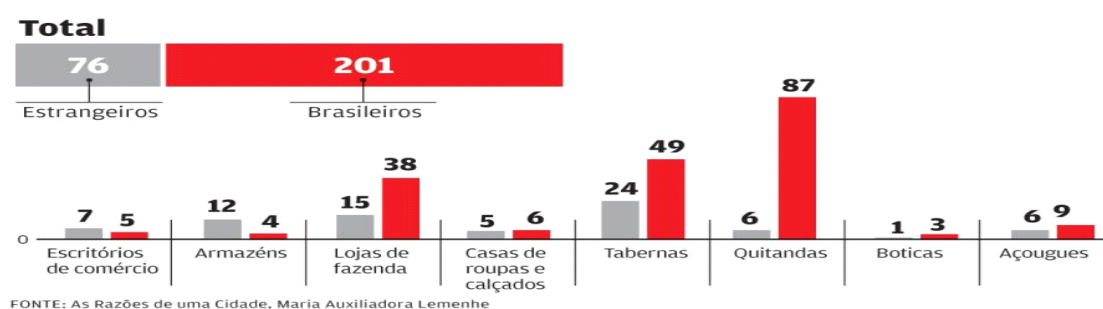
Quadro 10: Produto Interno Bruto de Fortaleza, Ceará e Brasil, por segmento, em R\$ referente a 2010

Variável	Fortaleza	Ceará	Brasil
Agropecuária	45.770	2.179.033	105.163.000
Indústria	7.805.986	8.358.061	539.315.998
Serviços	28.204.759	25.686.902	1.197.774.001
TOTAL	36.056.515	36.223.996	1.842.252.999

Fonte: IBGE (2016)

Conforme Cabral (2015), em 289 anos, passando por diversos ciclos econômicos, Fortaleza está baseada majoritariamente no setor de serviços, no qual se destaca o Turismo. A Capital tem o nono maior Produto Interno Bruto entre os municípios brasileiros e o maior da região Nordeste, segundo dados do IBGE de 2011.

Figura 4: Fortaleza: Estabelecimentos Comerciais em 1862 e evolução dos ciclos econômicos



Ciclos econômicos



Fonte: O Povo - A trajetória econômica de Fortaleza (2015)

3. DESIGUALDADES SOCIAIS E POBREZA NO BRASIL

Entende-se por pobreza, alguém que possui escassez de recursos econômicos, apresentando carência do necessário à subsistência.

Conforme MATA (1979), a pobreza se distingue em dois conceitos: pobreza absoluta e pobreza relativa. O primeiro conceito compreende o mínimo necessário para à subsistência de uma família, que consta de uma dieta básica, medida em calorias e com o acréscimo de outros gastos indispensáveis como saúde, transporte e vestuário. A pobreza relativa considera o padrão de vida atingido pela sociedade, implicando grande semelhança desse conceito com o de desigualdade.

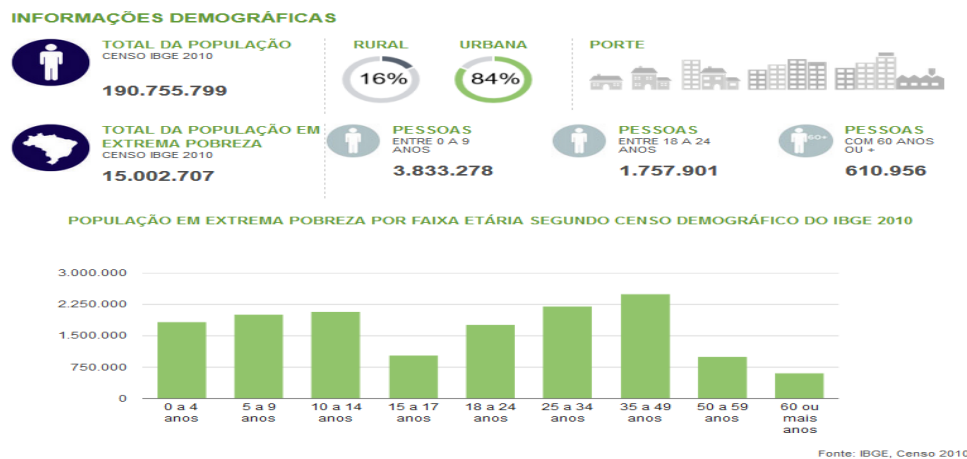
Apesar de alguns avanços, a pobreza no Brasil continua sendo um grande problema. Em função da colonização, do tardio desenvolvimento e da dependência econômica, além de problemas internos antigos e atuais, o Brasil possui uma grande quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza.

Conforme Pereira (2003), os problemas de equidade e exclusão característicos da América Latina, onde se encontra o Brasil, estão arraigados em estruturas distributivas intensamente desiguais, em sua grande parte herdadas (e, outras, não superadas) de etapas anteriores de desenvolvimento. Essas desigualdades refletem a conjunção de fatores educativos (salientando que a distribuição da renda inclina-se a ser sempre melhor quando existe um bom sistema educativo), patrimoniais, ocupacionais e demográficos. América Latina e Caribe alcançaram na última década progressos relevantes no desenvolvimento social. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, pois persistem como desafios inevitáveis, a final superação da pobreza e a redução substancial da desigualdade [...] (CEPAL, 2016).

O Brasil apresenta um número muito alto de pessoas na extrema pobreza. De acordo com o CENSO do IBGE de 2010, são 15.002.707 pessoas que não possuem o mínimo para subsistência, o que corresponde a 8% da população. Desse número, 3.833.278 pessoas, o correspondente a 25%, estão na faixa de 0 e 9 anos, 1.757.901, o que corresponde a 11%, estão na faixa de

18 a 24 anos e 620.956, o que corresponde a 4%, estão na faixa de 60 anos ou mais.

Figura 5 - Total da população brasileira em extrema pobreza



Fonte: IBGE – Censo 2010

Pereira (2003) apresenta e analisa as principais causas das desigualdades econômicas e sociais no Brasil:

1. **Avanços dos indicadores sociais no Brasil:** Os indicadores sociais do Brasil registraram avanços em vários aspectos nos últimos anos. A esperança de vida ao nascer cresceu de 65,75 anos, em 1990, para 68,82 anos, em 2001, com a taxa de mortalidade caindo de 7,20 para 6,68 por mil habitantes. A mortalidade infantil (crianças com menos de cinco anos) caiu de 48,2 por mil nascidos vivos, em 1990, para 33,8 por mil nascidos vivos, em 2000. A média de anos de estudo da população economicamente ativa passou de 5,3, em 1992, para 6,3, em 1999. A taxa de analfabetismo caiu de 17,2%, em 1992, para 12,3%, em 1999 (IBGE, 2002). Em 2015, acordo com IBGE, o Brasil apresentou um avanço na expectativa de vida para 75,44 anos, com a queda da taxa de mortalidade para 6,08 por mil habitantes. A mortalidade infantil caiu para 13,89 por mil nascidos vivos. Os dados revelam que a condição de vida de grande parte da população ainda está em níveis precários. A taxa de analfabetismo, apesar da queda, significa que ainda existem cerca de 15 milhões de adultos analfabetos no Brasil.

2. **Nível de desenvolvimento humano:** A análise dos dados de pesquisas sobre a qualidade de vida no Brasil, como, por exemplo, os contidos no “Relatório de Desenvolvimento Humano (IDH) – Aprofundando a Democracia em um Mundo Fragmentado”, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (julho de 2002), demonstra a preocupante questão da injustiça e da exclusão social no mundo. No relatório, constata-se o avanço irrelevante que o Brasil obteve no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no período de 1990 a 2000 que passou de 0,713 para 0,757 -, o que evidencia que o país permaneceu como uma nação mediana em desenvolvimento humano – conceito que leva em consideração renda *per capita*, expectativa de vida ao nascer, taxa de matrículas nas escolas e grau de alfabetização de adultos. No Relatório do Desenvolvimento Humano de 2015, o Brasil ocupa a posição 75º com 0,755, ou seja, de 2000 para 2015, a variação do índice piorou.
3. **Investimentos em saneamento no Brasil:** A posição ocupada pelo Brasil no IDH não é nenhuma surpresa quando se analisa a forma de gestão governamental de alguns setores básicos para melhorar a qualidade de vida da população, como é o caso, por exemplo, dos investimentos em serviços de água e esgoto. No período de 1995 a 2002, o governo federal defendeu para as políticas de austeridade o modelo de privatização. É de conhecimento que o saneamento é serviço essencial e necessariamente monopolista, devendo ser prestado pelo setor público – como ocorre, por exemplo, nos EUA e Alemanha -, pois dele depende diretamente a saúde da população do país e a preservação do meio ambiente. A falta de saneamento repercute em toda a economia, pois afasta empresas exportadoras, inibe a atividade de turismo e prejudica gravemente a saúde pública. Um estudo feito pelo BNDES (1998) revelou que 65% das internações hospitalares de crianças menores de dez anos estão associadas à falta de saneamento básico. Verifica-se na análise dos recursos destinados a investimentos em saneamento nos orçamentos da União, entre 1995 e 2002, que foram gastos apenas R\$ 5,62 bilhões, em média, por ano. No período entre 1999 e 2002, devido às exigências de superávits primários estabelecidos no acordo do Brasil com o FMI, esses

valores foram reduzidos para R\$ 4,7 bilhões, em média, por ano. Essa política restritiva não contribuiu para melhorar os indicadores do Brasil, conforme apresentou o Censo do IBGE de 2000 que revelou que apenas 33,5% dos domicílios brasileiros são atendidos por rede de esgoto (dos quais 64,7% não recebiam tratamento algum). Conforme Barbosa (2016), o Brasil investiu 11 bilhões em saneamento básico em 2014, tendo um aumento em relação ao investido em 2002, porém, esse foi o menor investimento comparando com energia elétrica, telecomunicações e transportes.

4. **Nível de concentração de renda:** No que se refere ao aumento no nível de concentração de renda, em 2000, o Brasil atingiu 0,607 no índice de Gini (instrumento usado para medir o grau de concentração de renda), o que classificou o país em 4º lugar no ranking dos países onde existe maior nível de desigualdade na distribuição de renda. Conforme Mariani *et al* (2016), o índice de Gini brasileiro em 1995, no governo FHC, era de 0,601 e ao final da sua gestão em 2002, estava 0,589, representando uma queda na desigualdade de 0,2% ao ano. Em 2003, no início do governo Lula, o índice de Gini era de 0,583, já em 2014, ao final do mandato de Dilma, o índice estava 0,518, ou seja, o Brasil ficou menos desigual nesse período com uma redução de 0,9% por ano.

Os dados revelam que apesar de uma melhora nos indicadores do Brasil, ainda precisamos evoluir muito para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

3.1 Superação da pobreza

Para superar a pobreza, o Governo precisa encontrar alternativas para contribuir no desenvolvimento da população. Através de ações, o Governo busca ampliar a distribuição de renda; qualificar a oferta de serviços públicos, como o acesso a saúde e a educação; e implementar formas de inclusão produtiva com a criação de empregos e o incentivo ao empreendedorismo. Uma das principais ações praticadas pelo o Governo foi a transferência de renda

através do Bolsa Família. Mas só o Bolsa Família não garante as condições básicas de existência, o Governo também precisa gerar emprego e renda a fim de contribuir com a evolução da população.

Conforme Mata (1979),

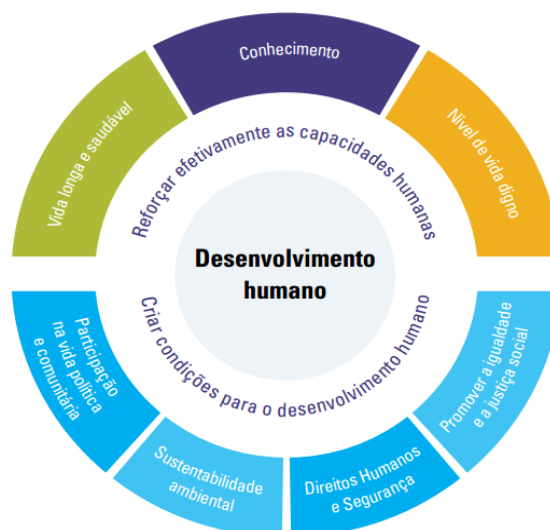
Acredita-se também que o combate à pobreza envolva a redução da desigualdade, por duas razões: i) partindo-se de um conceito relativo de pobreza, a redução desta pressupõe uma progressiva redistribuição de renda; ii) políticas que visem apenas à população pobre são sempre de difícil implementação, além de se basearem em princípios paternalistas que possivelmente não façam bases sólidas da renda permanente dos beneficiados.

O trabalho é importante para melhoria da vida humana tanto no aspecto financeiro como no aspecto moral. O trabalho permite que as pessoas garantam a sua subsistência e tenham segurança econômica, o que é fundamental para a redução da pobreza e para a igualdade de gênero. Viabiliza também uma participação plena na sociedade, transmitindo sentimento de valor próprio. O trabalho pode contribuir para o bem público, e o trabalho inerente à prestação de cuidados a terceiros gera coesão social e reforça os laços familiares e comunitários (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2015).

Conforme o Relatório de Desenvolvimento Humano (2015),

O desenvolvimento humano significa alargar as escolhas humanas atribuindo maior destaque à riqueza da vida humana e não simplesmente à riqueza das economias (ver infográfico). O trabalho é fundamental neste processo, na medida em que mobiliza, de formas diferentes, pessoas de todo o mundo e ocupa uma parte importante das suas vidas. Dos 7,3 mil milhões de pessoas de todo o mundo, 3,2 mil milhões têm emprego, outras dedicam-se ao trabalho de prestação de cuidados, a trabalho criativo, a trabalho voluntário ou a outros tipos de trabalho, ou ainda à sua preparação enquanto futuros trabalhadores. Alguns tipos de trabalho contribuem para o desenvolvimento humano, outros não e há, ainda, certos tipos de trabalho que prejudicam o desenvolvimento humano.

Figura 6: Infográfico: Dimensões do desenvolvimento humano



Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano (2015)

O microcrédito contribui na criação de empregos e geração de riqueza para a economia local. Ele abre um caminho ao trabalho para aqueles que por alguma razão não estão inseridos no mercado formal, assumindo assim um papel muito importante capaz de transformar a vida das pessoas.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS NO BRASIL

As políticas públicas são conjuntos de programas e ações tomadas pelo Governo, visando garantir os direitos fundamentais e básicos da população, tais como alimentação, educação e moradia.

Conforme Galante (2015),

As políticas públicas são ações governamentais, de origem constitucional, que possuem o escopo de garantir o acesso efetivo da população aos direitos constitucionais que, muitas vezes, tão somente cidadãos que dispõem de mais recursos têm acesso. Uma política pública deve ser pensada a partir do diagnóstico dos problemas que demandam intervenção governamental e, países como o Brasil – subdesenvolvidos, possuem a real necessidade de criação e implementação de políticas públicas em sua estrutura, em face de sua realidade social.

O programa considerado pioneiro e inovador no âmbito das políticas sociais foi criado em São Paulo no ano de 1995. Afirma Ramos (2014), que o

Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima criado em Campinas - SP servia como complemento monetário na renda das famílias de baixa renda que tinham filhos menores de 14 anos e residiam há mais de 2 anos no município.

As políticas sociais de transferência de renda no Brasil ganharam destaque no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Conforme Graziano (2013),

As políticas sociais no Brasil mudaram de paradigma durante o período governamental de FHC. Antes, predominavam auxílios variados, quase sempre intermediados pelo poder público local: doações de cestas básicas, entrega de leite, distribuição de água na seca. Depois, estruturou-se uma rede de proteção social para combater a pobreza, introduzindo ações públicas coordenadas contra suas causas estruturais e transferências diretas de renda aos cidadãos.

Fernando Henrique Cardoso governou durante dois mandatos que duraram de 1995 a 2002. Conforme Ramos (2014): “Fernando Henrique Cardoso em seu governo no ano de 2001 sancionou a Lei nº. 10.219, de 11 de abril, que cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação – “Bolsa Escola””. O Bolsa Escola foi um programa que auxiliou famílias que se encontravam na linha extrema de pobreza vinculado a frequência escolar das crianças.

Segundo Furtado (2014),

Especula-se que o programa foi inventado por José Roberto Magalhães Teixeira (PSDB-SP), porém, há controvérsias. De fato, o Bolsa Escola foi iniciativa do governo de Fernando Henrique Cardoso e contemplou cinco milhões de famílias. Por outro lado, fala-se da criação do programa em um núcleo de estudos da Universidade de Brasília (UNB), em que era encabeçado pelo então senador Cristovam Buarque, que, na época, fazia parte do Partido dos Trabalhadores (PT) e era o governador de Brasília.

Na transição do governo FHC para o governo Lula, foi realizado um diagnóstico sobre os programas sociais em desenvolvimento como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio Gás. Avaliando o desempenho dos programas sociais no governo FHC, percebeu-se a necessidade de unificação do cadastro das famílias beneficiadas, dos programas e dos benefícios repassados (RAMOS, 2014).

Conforme Galante (2015),

Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, o Governo Brasileiro iniciou a prática de programas sociais no País. No Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, criou-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o PETI. Outros programas sociais foram sendo criados, tais como o Auxílio Gás e a Bolsa Alimentação. Lula, em seu governo, unificou todos num único programa federal: bolsa família.

Abolido pelo Governo Lula, o Bolsa Escola atende hoje por Bolsa Família. O Bolsa Família tem o objetivo principal de promover o acesso a alimentação, saúde e educação das pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema. Para isso, o Bolsa Família possui outros programas aliados para o auxílio das famílias que precisam de assistência (GOVERNO FEDERAL, 2016).

De acordo com Corrêa (2011),

Atualmente, a educação constitui um dos principais temas de discussões e reflexões de órgãos governamentais e sociedade civil. Sua relevância deve-se ao fato de abranger questões sociais, econômicas, políticas e culturais dos diferentes países que vêm na educação formal o pilar das mudanças estruturais da sociedade. Nesse contexto, recebe atenção especial a educação voltada para a construção do conhecimento e a formação da consciência cidadã. Para tanto, os dados sobre a realidade brasileira estão a exigir várias mudanças no âmbito cultural, social, econômico e político, sempre em busca de respostas e alternativas para que se atinja um nível de vida de melhor qualidade. E o mais indicado instrumento de mudança é a educação. Nesse sentido, surgiu como uma das alternativas de mudança o Bolsa Família que tem como meta vincular a transferência de renda à permanência da criança e adolescente na escola.

Acredita-se no Brasil que o Bolsa Família é um programa caro e não traz benefícios para a economia. Ao contrário do que se pensa, economicamente, o Bolsa Família é um programa barato que representa apenas 0,45% do PIB brasileiro. O dinheiro investido no Bolsa Família retorna aos cofres públicos através de impostos nos produtos consumidos pelos seus beneficiários que investem em comidas, remédios e bem duráveis. Esse dinheiro, por ser de alta circulação acaba também aquecendo a economia de baixo para cima, o que dinamiza o setor de serviços do país. Assim, cada R\$ 1 adicional gasto no Bolsa Família estimula-se um crescimento de R\$ 1,78 no PIB (MACHADO *et al*, 2014).

Outra política em ascensão no Brasil é o Microcrédito Produtivo Orientado que tem se mostrado como um forte instrumento de Política Pública no combate à pobreza e desigualdades sociais. O Programa Nacional de

Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) objetiva incentivar a geração de trabalho e renda para microempreendedores populares.

A primeira experiência de Microcrédito no Brasil ocorreu em meados dos anos 1970, conforme aponta Miguel (2012),

No Brasil o microcrédito começa com incentivos financeiros e metodologia de redes internacionais, como a experiência desenvolvida no início dos anos 70 pela UNO – União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, que implanta a primeira iniciativa em termos de organização de microcrédito no Brasil. Esta também é considerada a primeira experiência de microcrédito na América Latina. No final dos anos 80 surgiu o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (Ceape) em Porto Alegre, ONG que contou com o apoio do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Inter American Foundation (IAF). Em 1989 - foi criado na Bahia, o Banco da Mulher através do fundo das Nações Unidas para a infância/UNICEF e do BID, com filiação ao Women's World Banking.

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro governo a ter iniciativa de políticas voltadas para a área de Microcrédito. “As iniciativas no âmbito do governo federal voltadas para este setor começam mais especificamente nos anos 90, quando o governo FHC criou em 1995 a Comunidade Solidária” (MIGUEL, 2012, p. 8).

Uma agenda de desenvolvimento social para o país foi construída, tendo, de acordo com Cardoso, Franco, Oliveira e Lobo (2002:5), novos conceitos no lugar de velhas estruturas, propostas singulares de ação substituindo antigos e ultrapassados modelos assistencialistas. Nesse processo, também foi posta de lado a idéia de que o desenvolvimento social é tarefa única do Estado. Parcerias com a sociedade civil e a iniciativa privada foram utilizadas para potencializar a ação do Estado em diversas frentes (ZOUAIN, BARONE, 2007).

O Governo Lula continuou com ações voltadas para o Microcrédito, porém com algumas diferenças e em 2005 foi criada a Lei 11.110 que intitulava o PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

A criação do PNMPO mostrou a forma de condução do Microcrédito dada pelo novo governo. O programa não visava apenas a ampliação do acesso ao microcrédito, também tinha como objetivo alavancar as atividades produtivas e de pequeno porte de pessoas jurídicas ou físicas. Nesse novo cenário, o atendimento às necessidades dos empreendedores populares tinha como objetivo a geração de trabalho e renda, sinalizando aspectos de uma política de desenvolvimento com característica de tentativa de ampliar a expansão econômica e reduzir as desigualdades sociais (MIGUEL, 2012, p. 11).

Conforme Zubelli (2012),

O microcrédito tem sido apontado, nos debates acadêmicos e pelos formuladores de política econômica, nos últimos anos, como um novo instrumento de combate à pobreza. De fato, experiências bem sucedidas de microcrédito por todo o mundo, em particular a experiência do Banco Grameen em Bangladesh, têm demonstrado o potencial de alcance do crédito produtivo popular nas camadas menos favorecidas da população. A discussão sobre o papel do microcrédito como parte de uma nova política social se fortalece em um contexto econômico marcado pela grande heterogeneidade na estrutura social.

De acordo com uma matéria do G1, o Ex Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2010) afirmou em seu último ano de mandato que é um bom negócio emprestar dinheiro para os mais pobres porque o retorno é imediato e pagamento garantido.

4.1 Programa Fome Zero

A fome é um problema que atormenta os países em desenvolvimento. E esse é o caso do Brasil, um país com sérios problemas de distribuição de renda. Para combater essa dificuldade, o Governo Federal criou em 2003, o Programa Fome Zero com o objetivo de ofertar as refeições básicas aos brasileiros que sofrem desse mal.

Conforme Furtado (2014),

O Fome Zero é um programa do Governo Federal, que visa o direito de alimentação da população brasileira. Uma forma do governo dar cidadania às populações vulneráveis à fome. No Brasil, existem mais de 10 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza, o que significa que nem o acesso a alimentação é saudável.

Para a execução do Fome Zero, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

4.1.1 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi criado em janeiro de 2004, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua primeira gestão.

De acordo com Galante (2015),

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi criado em janeiro de 2004, com o objetivo da integração das políticas públicas nas áreas de assistência social, segurança alimentar e nutricional, saúde, educação infantil e transferência de renda.

Conforme o MDS (2008), sua missão é promover o desenvolvimento social, tendo como centro de execução o Fome Zero, com a implementação de políticas e ações de estratégia do Governo Federal para enfrentar problemas da fome e exclusão social.

O Ministério desenvolve ações nas áreas de segurança alimentar e nutricional, renda de cidadania, políticas públicas de assistência social e ações de geração de oportunidades para inclusão produtiva das famílias atendidas e está organizado em cinco secretarias: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar - SESAN, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC, Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI e Secretaria de Geração de Oportunidades para Inclusão - SEGOI (MDS, 2008, p.12).

O Fome Zero foi criado com o objetivo de erradicar a fome. Dentro dos seus eixos de atuação está o acesso a alimentação através de programas de transferência de rendas como o Bolsa Família.

Coelho *et al* (2010) afirma que a criação de um novo paradigma de política social se tornou a missão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome desde a sua fundação, em 2004. O Ministério foi criado para integrar políticas e programas de combate às desigualdades sociais no Brasil com base no Fome Zero – considerada prioridade do governo do Presidente Lula –, o MDS tem atuado de forma integrada buscando a edificação de uma sociedade mais justa e solidária.

4.1.2 Cadastro Único

Para participar de algum programa social, a família precisa estar cadastrada no Cadastro Único. O Cadastro Único reúne as informações da população brasileira, ele é o instrumento utilizado pelo governo para o auxílio na execução de políticas públicas. Conforme o MDS (2015), o Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo ao governo conhecer melhor a realidade socioeconômica dessas pessoas. No cadastro são registradas informações de moradia, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

A partir de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas (MDS, 2015).

De acordo com o MDS (2015), a execução do Cadastro Único é compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Tem como gestor responsável o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e o como agente operador, a Caixa Econômica Federal.

O Cadastro Único não garante que as famílias participem dos programas sociais, como por exemplo o Bolsa Família, o cadastro será analisado e por fim, será verificado se as famílias atendem aos requisitos de algum programa.

Abaixo, segue um quadro com os perfis de quem pode se inscrever no Cadastro Único:

Quadro 11: Perfis de pessoas que podem se inscrever no Cadastro Único

Podem se inscrever no Cadastro Único:

- Famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa;
- Famílias com renda mensal total de até três salários mínimos; ou
- Famílias com renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo.

Pessoas que moram sozinhas podem ser cadastradas. Elas constituem as chamadas famílias unipessoais.

- Pessoas que vivem em situação de rua — sozinhas ou com a família — também podem ser cadastradas. O caminho, nesse caso, é procurar algum posto de atendimento da assistência social e perguntar como fazer para ser incluído no Cadastro Único.

Fonte: Ministério do desenvolvimento Social e Agrário (2015)

Cada vez mais, o Cadastro Único contribui para a identificação de potenciais beneficiários em programas sociais. De acordo com o MDS (2015), o cadastro contribui na otimização da gestão dos programas, evitando desperdício de recursos públicos e integra esforços de todas as esferas governamentais no combate à pobreza.

Abaixo está a relação dos principais programas federais usuários do Cadastro Único:

- Programa Bolsa Família
- Tarifa Social de Energia Elétrica
- Programa Minha Casa Minha Vida
- Carteira do Idoso
- Aposentadoria para Pessoas de Baixa Renda
- Telefone Popular
- Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concursos Públicos
- Programas Cisternas
- Água para Todos
- Bolsa Verde (Programa de Apoio à Conservação Ambiental)
- Bolsa Estiagem

Fonte: Ministério do desenvolvimento Social e Agrário (2015)

Na figura 7, segue um quadro com o número de famílias cadastradas no Cadastro Único em Outubro/16, o que corresponde a 27.925.293 pessoas.

Figura 7: Famílias cadastradas no Cadastro Único



Fonte: MDSA, Cadastro Único para programas Sociais (Outubro/2016)

5. BOLSA FAMÍLIA E SEU OBJETIVO

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda para as famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, com o objetivo de combater a fome e a pobreza e promover o acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

De acordo com Galante (2015),

O Programa possui os seguintes objetivos de cunho evolutivo-social: combater a fome, a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local.

De acordo com o MDS (2015), o Bolsa Família contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais:

- **Complemento da renda** — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza.
- **Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social.

Importante — as condicionalidades não têm uma lógica de punição; e, sim, de garantia de que direitos sociais básicos cheguem à população em situação de pobreza e extrema pobreza. Por isso, o poder público, em todos os níveis, também tem um compromisso: assegurar a oferta de tais serviços.

- **Articulação com outras ações** — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o

desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (2008, p. 15),

O Programa Bolsa Família é apontado como carro-chefe das políticas sociais e tem também papel unificador de outras políticas. Articula-se como o direito à alimentação por meio da garantia de uma renda mínima; articula-se com saúde e educação por meio de cobrança de condicionalidades; articula-se com políticas de geração de trabalho e renda porque, no pacto de adesão firmado com os municípios, determina a adoção de ações complementares nesse sentido.

A gestão do Bolsa Família é descentralizada, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios têm atribuições em sua execução. No âmbito federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário é o responsável pelo Programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente que executa os pagamentos (MDS, 2015).

Galante (2015) afirma que:

Na criação do PBF [Programa Bolsa Família] partiu-se da premissa que a pobreza é fenômeno complexo e multidimensional, não sendo possível combatê-lo de forma duradoura apenas com transferência de recursos financeiros aos pobres e extremamente pobres, sendo também, necessária a combinação de outras ações emergenciais com políticas estruturais, bem como a conjugação de esforços entre os entes da Federação (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) e a sociedade civil organizada.

O Programa Bolsa Família está previsto em lei — Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 — e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e outras normas.

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001 (PLANALTO, 2004).

Conforme MDS (2015), o valor que a família recebe mensalmente é o somatório de vários tipos de benefícios previstos no Programa Bolsa Família. As quantidades e os tipos de benefícios recebidos dependem da renda da família beneficiária e da composição (número de pessoas, idades, presença de gestantes etc.). No quadro 12, seguem tipos de benefícios do Bolsa Família:

Quadro 12: Tipos de benefícios do Bolsa Família

Benefício Básico	
R\$ 85,00	Pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00).
Benefícios Variáveis (até cinco por família)	
Benefício Variável Vinculado à Criança ou ao Adolescente de 0 a 15 anos. R\$ 39,00	- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua composição. - É exigida frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade.
Benefício Variável Vinculado à Gestante R\$ 39,00	- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição. - São repassadas nove parcelas mensais. - O benefício só é concedido se a gravidez for identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde.
Benefício Variável Vinculado à Nutriz. R\$ 39,00	- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, para reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe. - São seis parcelas mensais. - Para que o benefício seja concedido, a criança precisa ter seus dados incluídos no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

Benefício Variável Vinculado ao Adolescente

R\$ 46,00 (até dois por família).	- Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes.
--	---

Benefício para Superação da Extrema Pobreza

Valor calculado individualmente para cada família.	- Pago às famílias que continuem com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa. - O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$ 85,00 de renda por pessoa.
---	---

Fonte: Ministério do desenvolvimento Social e Agrário (2015)

Em dezembro/16 foram beneficiadas pelo Bolsa Família 13.569.576 famílias, 24% da população com benefício médio mensal de R\$ 181,15. Em 2016 foi pago pelo Programa Bolsa Família o valor total de R\$ 28.506.185.141,00 conforme apresenta a figura abaixo com dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário.

Figura 8: Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família



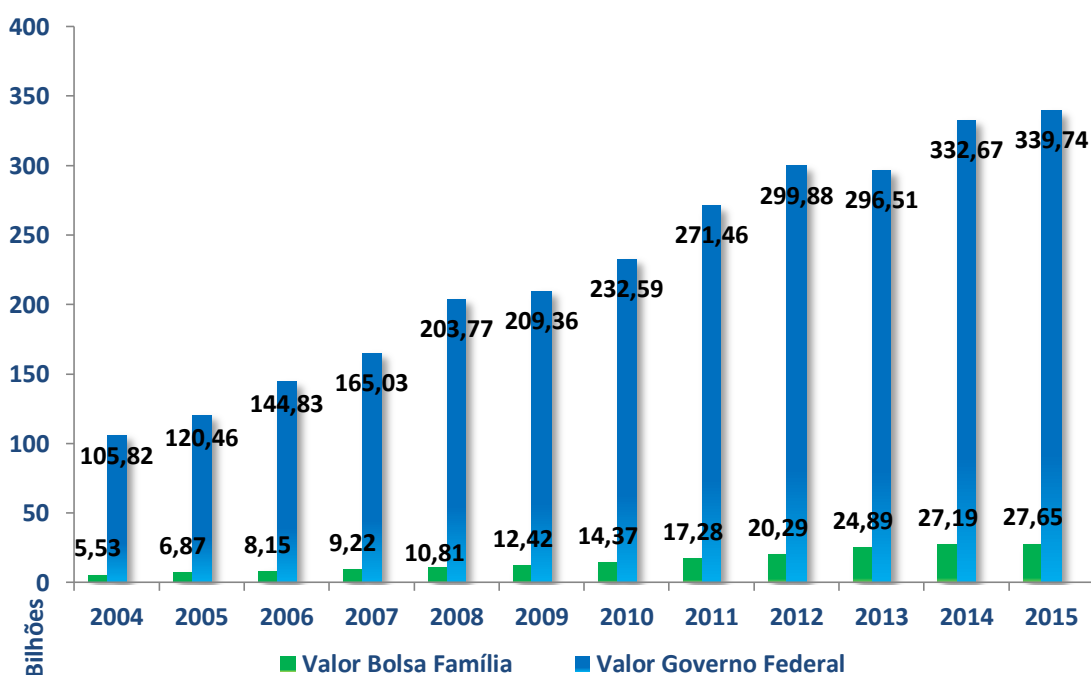
Fonte: MDSA, Secretária Nacional de Renda e Cidadania

5.1. Bolsa Família em números

No Quadro 13 abaixo, temos a variação de Recursos do Governo Federal para os Estados e o valor que corresponde ao Bolsa Família. Podemos analisar que em 2004 o Governo destinava a Transferência de Recursos para os Estados R\$ 105,82 bilhões e em 2015 ele destinou R\$ 339,74 bilhões, um acréscimo de 233,92 bilhões, o que corresponde a mais de 200% de aumento. Para o Bolsa Família, em 2004 o Governo destinava 5,5 bilhões e em 2015 ele destinou R\$ 27,65 bilhões, um acréscimo de R\$22,12 bilhões.

Quadro 13: Valores destinados pelo Governo Federal para Transferências de Recursos e Bolsa Família

Valores destinados ao Bolsa Família



Fonte: Portal da Transparência (2014) - Elaboração própria

No quadro 14 abaixo, temos a variação de destinação do Governo para Transferência de Recursos e a variação dos valores destinados ao Bolsa Família.

Quadro 14: Valores destinados pelo Governo Federal para Transferências de Recursos e Bolsa Família por Região

REGIÃO	VALORES DESTINADOS AO BOLSA FAMÍLIA POR REGIÃO					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
CENTRO-OESTE	214.590.477,00	286.671.192,00	368.336.513,57	417.266.035,00	485.264.358,00	567.131.753,00
NORDESTE	3.084.150.680,00	3.586.134.744,00	4.271.859.992,00	4.844.728.364,00	5.752.591.209,00	6.569.026.634,00
NORTE	477.305.295,00	611.022.076,00	800.463.608,50	968.554.727,00	1.191.688.169,00	1.420.832.691,00
SUDESTE	1.238.927.127,91	1.706.998.775,00	1.959.919.295,50	2.220.550.470,00	2.544.634.920,00	2.899.626.082,00
SUL	518.284.358,00	683.151.628,00	744.798.634,50	770.993.315,00	836.990.331,00	960.424.478,00
TOTAL DESTINADO AO BOLSA FAMÍLIA	5.533.257.937,91	6.873.978.415,00	8.145.378.044,07	9.222.092.911,00	10.811.168.987,00	12.417.041.638,00
TOTAL DESTINADO PELO GOVERNO FEDERAL EM ÂMBITO NACIONAL - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	105.818.249.263,80	120.460.267.670,41	144.827.545.210,56	165.034.755.952,71	203.766.062.325,61	209.364.793.984,53
% DESTINADO AO BOLSA FAMÍLIA	5,2%	5,7%	5,6%	5,6%	5,3%	5,9%

REGIÃO	VALORES DESTINADOS AO BOLSA FAMÍLIA POR REGIÃO					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CENTRO-OESTE	721.371.316,00	901.801.397,00	1.070.765.557,00	1.250.085.375,00	1.355.369.382,00	1.339.624.576,00
NORDESTE	7.579.862.228,00	8.956.769.006,00	10.404.419.244,27	12.950.565.949,00	14.122.442.415,00	14.347.359.069,00
NORTE	1.693.884.542,00	2.071.634.414,00	2.520.802.220,04	3.228.369.118,00	3.667.352.050,00	3.770.145.395,00
SUDESTE	3.274.898.906,00	4.064.499.139,00	4.813.052.557,02	5.787.464.936,00	6.304.970.392,00	6.490.411.389,00
SUL	1.095.998.618,00	1.288.400.764,00	1.479.838.209,00	1.673.621.713,00	1.739.591.376,00	1.702.760.910,00
TOTAL DESTINADO AO BOLSA FAMÍLIA	14.366.015.610,00	17.283.104.720,00	20.288.877.787,33	24.890.107.091,00	27.189.725.615,00	27.650.301.339,00
TOTAL DESTINADO PELO GOVERNO FEDERAL EM ÂMBITO NACIONAL - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	232.587.288.530,76	271.460.729.042,01	299.878.708.104,98	300.885.547.120,27	332.672.681.739,68	339.744.080.701,61
% DESTINADO AO BOLSA FAMÍLIA	6,2%	6,4%	6,8%	8,3%	8,2%	8,1%

Fonte: Portal da Transparência (2015) – Elaboração própria

Agostine (2014) fala que em 2006, os 5% mais ricos do país concentravam 40% da renda total e passaram para 44% em 2012, quase metade da renda do país.

Contudo, como observa Machado *et al* (2014),

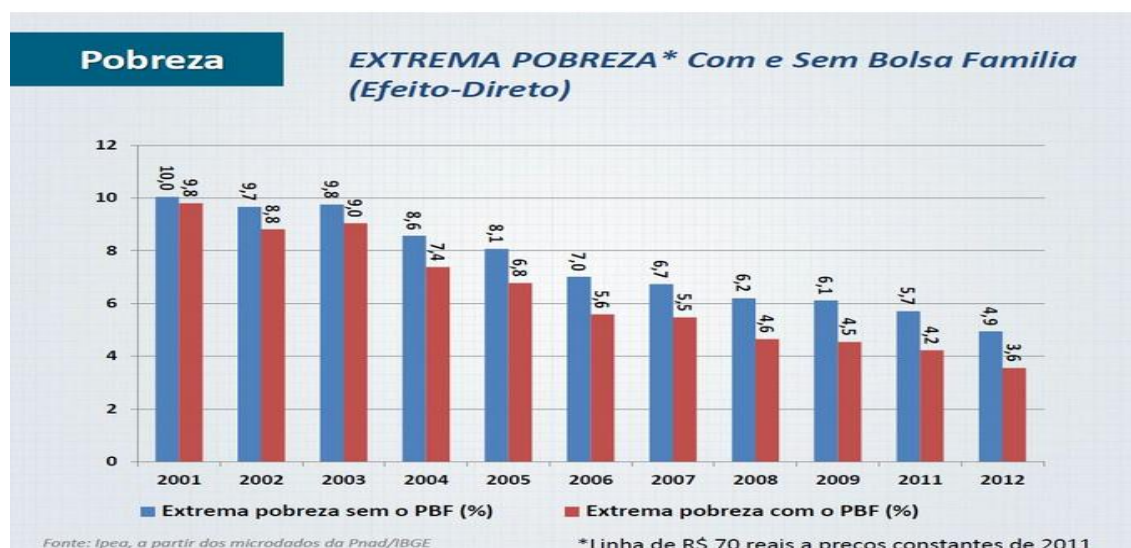
O Bolsa Família ajudou a retirar 36 milhões de pessoas da situação de pobreza. A pobreza e a extrema pobreza somadas caíram de 23,9% para 9,6% da população. Houve uma redução inédita da redução da desigualdade de renda no Brasil nos últimos 10 anos, e o Bolsa Família foi responsável por 13% dessa redução.

Segundo Corrêa (2015), a quantidade de pessoas vivendo em situação de pobreza extrema no Brasil caiu 64% no período de 2001 a 2013, passando de 13,6% para 4,9% da população. Skoufias (2015) *apud* Corrêa (2015) afirma que a queda nos índices de pobreza no Brasil foi mais rápida do que em outros países da mesma região e atribui o sucesso a programas como o Bolsa Família e o Brasil sem Miséria, que considera "muitos eficazes para evitar que pessoas caiam na pobreza e para ajudá-las a sair da pobreza".

MOTA (2016) afirma que entre os programas de transferência sociais, o Bolsa Família apresenta um dos menores custos e é o que tem o maior efeito multiplicador sobre a economia.

Na figura abaixo conseguimos visualizar um comparativo da extrema pobreza com e sem o Bolsa Família (Efeito-Direto). Caso o programa não existisse, o percentual da população vivendo com renda mensal inferior a R\$ 70 seria 4,9% e hoje, com o Bolsa Família esse número corresponde a 3,6%.

Figura 9 – Efeitos do Bolsa Família na extrema pobreza



Fonte: Ipea (2016)

Neri (2016) *apud* Mota (2016) afirma que uma das principais características do Bolsa Família é seu bom custo-benefício. Os gastos do programa representam apenas 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB), cada R\$ 1 gasto com o programa "gira" R\$ 2,4 no consumo das famílias e adiciona R\$ 1,78 no PIB.

6. MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

O Microcrédito Produtivo Orientado é uma política de desenvolvimento econômico que tem como característica empréstimos de pequeno valor, com o objetivo de incentivar empreendedores já existentes, formais ou informais, através da concessão de crédito e orientação financeira.

De acordo com o BNDES (2013), o microcrédito é a concessão de empréstimos de valores pequenos a empreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao tradicional sistema financeiro. Esse crédito oferece empréstimos e outros serviços financeiros especializados para pessoas de baixa renda.

Após manifestar interesse, o cliente recebe em seu empreendimento a visita de um agente de crédito onde se preenche um levantamento socioeconômico. "A liberação de um microcrédito é baseada principalmente na análise socioeconômica do empreendedor, onde é avaliada a intenção e a potencialização do cliente [...]" (SILVA, 2014). Em todo o processo de concessão do Microcrédito Produtivo Orientado se faz necessário a orientação financeira, que é o acompanhamento dado pelo agente de crédito visando a aplicação dos recursos e o desenvolvimento do negócio. Por essa razão, a orientação financeira é muito importante para que o Programa de Microcrédito tenha sucesso.

Em 25 de abril de 2005, se instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO através da Lei 11.110 conforme abaixo:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO, com o objetivo de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

§ 1º São beneficiárias do PNMPO as pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, a serem definidas em regulamento, especificamente para fins do PNMPO.

§ 2º O PNMPO tem por finalidade específica disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado.

§ 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se microcrédito produtivo orientado o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local

onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei (PLANALTO, 2005).

De acordo com o Ministério do Trabalho (2015), se enquadram como microempreendedores, pessoas físicas e jurídicas, de atividades produtivas de pequeno porte, com renda bruta anual de até R\$ 120 mil (Decreto nº 6.607 de 21/10/2008).

Por ser um empréstimo sem burocracias, o microcrédito facilita a inclusão de brasileiros de baixa renda na sociedade moderna. Além de combater a pobreza, ele gera trabalho e renda para os seus usuários contribuindo dessa forma para uma melhor qualidade de vida.

Segundo Baroni *et al.* (2001, p.11),

O microcrédito democratiza o acesso ao crédito, fundamental para a vida moderna, do qual grande parte dos brasileiros está excluída. A disponibilidade de crédito para empreendedores de baixa renda, capazes de transformá-lo em riquezas para eles próprios e para o País, faz do microcrédito parte importante das políticas de desenvolvimento.

O microcrédito mostra-se como uma opção de crédito para os mais pobres, dando a eles a oportunidade de trabalho e geração de renda.

6.1 A história do Microcrédito Produtivo Orientado

De acordo com Silva (2014), a primeira manifestação de Microcrédito ocorreu em 1869, na Alemanha, depois de um rigoroso inverno onde os fazendeiros locais ficaram endividados e dependentes de agiotas. A Associação do Pão, criada pelo pastor Raiffeinsen, cedeu aos fazendeiros farinha de trigo para que pudessem obter capital de giro com a comercialização.

Em 1976, o professor de economia Muhammad Yunus idealizou e operacionalizou o microcrédito no seu país Bangladesh, localizado na Ásia. De acordo com o Movimento Cidadania em Rede - MCR (2014), o professor Muhammad Yunus idealizou a experiência pioneira de microcrédito que ficou conhecida mundialmente e lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006.

Segundo Baroni *et al.* (2002, p. 59),

A experiência de microcrédito mais conhecida internacionalmente foi desenvolvida em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo. Em 1976, o professor de economia Muhammad Yunus constatou que ao redor da Universidade de Chittagong, onde lecionava, as pessoas pobres não tinham acesso a crédito nos bancos comerciais para financiar suas pequenas atividades produtivas, levando-as a recorrer a agiotas. Com seu próprio dinheiro e a ajuda de seus alunos, o Professor Yunus iniciou um trabalho de concessão de empréstimos a uma parcela daquela população pobre - U\$\$ 27,00 para um grupo de 42 pessoas.

Ao comprovar que os pobres pagam seus pequenos empréstimos e merecem confiança, Yunus conseguiu financiamentos e doações para criar o Banco Grameen. "O projeto do Grameen Bank, a primeira instituição financeira do mundo especializada em microcrédito, surgiu em 1976 na cidade de Jobra, no Bangladesh" (MCR, 2014).

Em 2006, Yunus e Grameen Bank ganharam o Prêmio Nobel da Paz. "O Prêmio Nobel da Paz foi atribuído ao economista Muhammad Yunus, do Bangladesh, e ao seu banco Grameen, pelo esforço na criação de desenvolvimento econômico e social através de projetos de microcrédito" (JORNAL PÚBLICO P, 2006).

6.2 Características do Microcrédito Produtivo Orientado

Conforme o BNDES (2017), o microcrédito tem como principais características:

- Ausência de garantias reais, já que a maioria das transações tem como garantia o aval solidário;
- Concessão de crédito ágil e adequado ao ciclo de negócios do empreendimento;

- Baixo custo de transação devido à proximidade entre a instituição e o tomador dos empréstimos, e à inexistência de burocracia;
- Ação econômica com forte impacto social na comunidade;
- Elevado custo operacional para a instituição fornecedora dos recursos devido a necessidade de um agente de crédito que visite o cliente; e
- Metodologia específica, que consiste na concessão assistida do crédito. Os agentes de crédito vão até o local onde o trabalhador exerce uma atividade produtiva para avaliar as necessidades e as condições de seu atendimento, bem como as condições de pagamento. Esse profissional passa a acompanhar a evolução do negócio e a fornecer orientação se necessário.

Além disso, uma das características importantes do Microcrédito é a formação do grupo solidário, que consiste na organização de indivíduos com interesses compartilhados, que se tornam mais fortes quando estão juntos.

Conforme Baroni *et al* (2002, p.20),

A concessão de crédito a empreendedores de baixa renda, que não têm garantias reais para respaldá-lo, tem sido atendida pelo microcrédito de duas maneiras. A primeira é o aval solidário (ou fiança solidária), que consiste na reunião, em geral, de três a cinco pessoas com pequenos negócios e necessidades de crédito, que confiam umas nas outras para formar um Grupo Solidário, com o objetivo de assumir as responsabilidades pelos créditos de todo o grupo.

Como os empreendedores não possuem garantias próprias para tomarem empréstimos, com a formação do Grupo Solidário, cada um passa a ser avalista do outro, ou seja, cada participante do grupo terá um crédito que será garantido pelos demais. O Grupo Solidário é baseado nas relações de confiança, de vizinhança e de solidariedade, abrindo espaço para acessos ao crédito. O aval solidário pode se tornar um problema caso a metodologia não seja aplicada de forma correta, pois com a inclusão de alguém no grupo que não pague o crédito, os demais membros do grupo passam a também serem

responsáveis e devedores. Caso não consigam honrar com o pagamento, todos sofrerão restrições em seus CPFs.

6.3 Microcrédito no Brasil

O Brasil foi um dos primeiros países a ter a experiência do microcrédito para o setor informal.

Conforme Baroni *et al.* (2002, p.15),

Em 1973, nos municípios de Recife e Salvador, por iniciativa e com assistência técnica da organização não governamental Accion Internacional, na época AITEC, e com a participação de entidades empresariais e bancos locais, foi criada a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, conhecida como Programa UNO.

Além da UNO, teve também o Banco da Mulher, em 1989, a Rede CEAPE, em 1990, a Portosol, em 1995, o VivaCred, em 1996, o Crediamigo, em 1998, entre outros, todas com expressividades para o microcrédito do Brasil.

Muitas instituições financeiras públicas trabalham com o Microcrédito, entre elas se destacam: o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil com a linha de financiamento do Microcrédito Produtivo Orientado, a Caixa Econômica Federal com a Caixa Crescer, o Banco do Nordeste com o Crediamigo.

O programa é baseado em taxas de juros mais baixas, mais dinheiro disponível e menos burocracia para a tomada de crédito. Dessa forma, o empreendedor toma o crédito, investe em seu negócio pagando pequenas taxas de juros e assim possibilitando que ele tenha um lucro maior. Por sua vez, com a redução na taxa de juros, o governo contribui gerando oportunidades de crescimento e emprego.

Segundo o Portal Brasil (2015), o microcrédito em seus 8 anos de atuação beneficiou cerca de 14 milhões de microempreendedores que tiveram acesso ao microcrédito orientado, concedendo em crédito o correspondente a R\$ 24 bilhões. Ele reforça que programas públicos de microcrédito são fundamentais para o desenvolvimento econômico do país e necessitam se integrar às ações direcionadas à população de baixa renda e à formalização da mão de obra.

7. EMANCIPAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA ATRAVÉS DO MICROCRÉDITO

Uma alternativa de emancipação do Bolsa Família pode ser o Microcrédito, através da inserção das famílias pobres no empreendedorismo. Conforme Morita (2011), um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) mostra algumas fragilidades do Bolsa Família, concluindo que seus beneficiários passam menos tempo em empregos formais, assim também como demoram para encontrar um novo emprego. Ainda afirma que apesar da importância do Bolsa Família, a dificuldade do Programa está em oferecer condições para que os beneficiários ascendam na pirâmide social deixando assim a dependência que possuem atualmente do Estado.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2008), o Governo Federal tomou a iniciativa de promover a integração de políticas públicas e assim promover a emancipação das famílias atendidas pelo programa Bolsa Família. Essa iniciativa se dá com o projeto de ofertar o Microcrédito a potenciais empreendedores beneficiários do Bolsa Família, com o objetivo de desenvolver os seus pequenos empreendimentos.

Conforme Morita (2011),

Numa comparação bastante coloquial, os programas de inclusão brasileiros têm disponibilizado o peixe, enquanto o banqueiro dos pobres prefere ensinar os bengalis a pescar. Num curto período de tempo já se pode notar os resultados de cada um dos projetos. O primeiro, como bem mostra a pesquisa, gera cidadãos acomodados e improdutivos. Já o segundo, movimentou a economia local e transformou a pobreza em dignidade. Temos muito o que aprender com o exemplo estrangeiro.

O microcrédito comparando-se ao Bolsa Família, desenvolve as habilidades e o compromisso das pessoas, pois o dinheiro oferecido pelo programa precisa ser devolvido, criando assim uma relação de responsabilidade. Para ser beneficiado com o microcrédito, o empreendedor precisa do acompanhamento de um agente de crédito que o ajuda a organizar e melhorar o seu negócio. Com a evolução e o crescimento do empreendimento do beneficiário, suas condições de vida progredem e como consequência, ele passa a não depender de programas como o Bolsa Família.

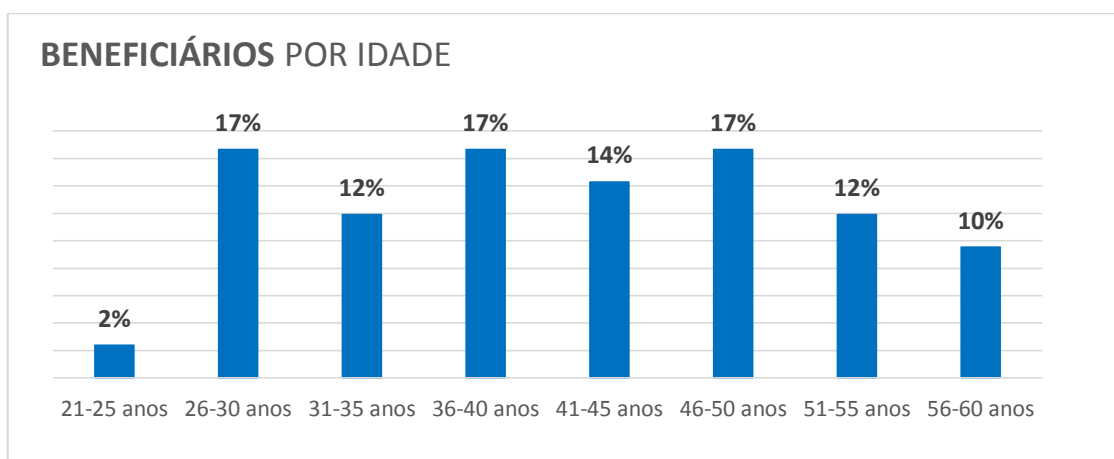
Com o intuito de verificar a possibilidade de emancipação dos beneficiários do Bolsa Família através do Microcrédito, foi realizada uma entrevista com beneficiários dos programas, abaixo seguem os resultados.

8. RESULTADO DAS ENTREVISTAS

Este trabalho verifica a possibilidade dos beneficiários do Bolsa Família deixarem o programa através de outro programa social, o Microcrédito Produtivo Orientado. O trabalho apresenta o perfil socioeconômico de 42 beneficiários dos 2 programas do município cearense. Foi realizada uma entrevista com o intuito de descobrirmos perfil, contribuição dos benefícios e perspectivas dos beneficiários. Ao final, obteve-se os seguintes resultados:

1. Faixa Etária – Pesquisados

Constatou-se que a faixa etária dos beneficiários é bem distribuída entre 26 e 60 anos.

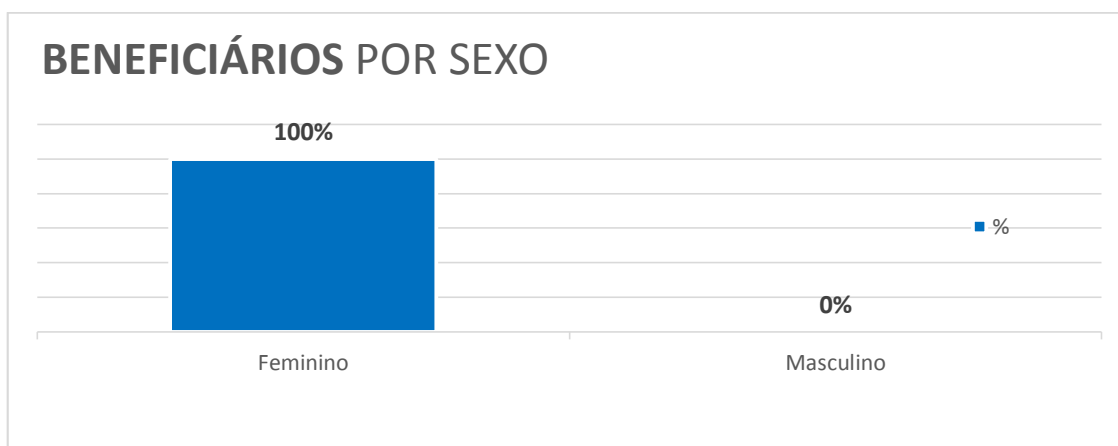


Fonte: Elaboração própria

2. Sexo – Pesquisados

Constatou-se que todos os beneficiários entrevistados foram mulheres. Essa predominância feminina, conforme Pires (2014), é uma preferência do programa Bolsa Família, responsabilizando a mulher pela distribuição da ajuda de custo conforme as necessidades da sua família. Essa

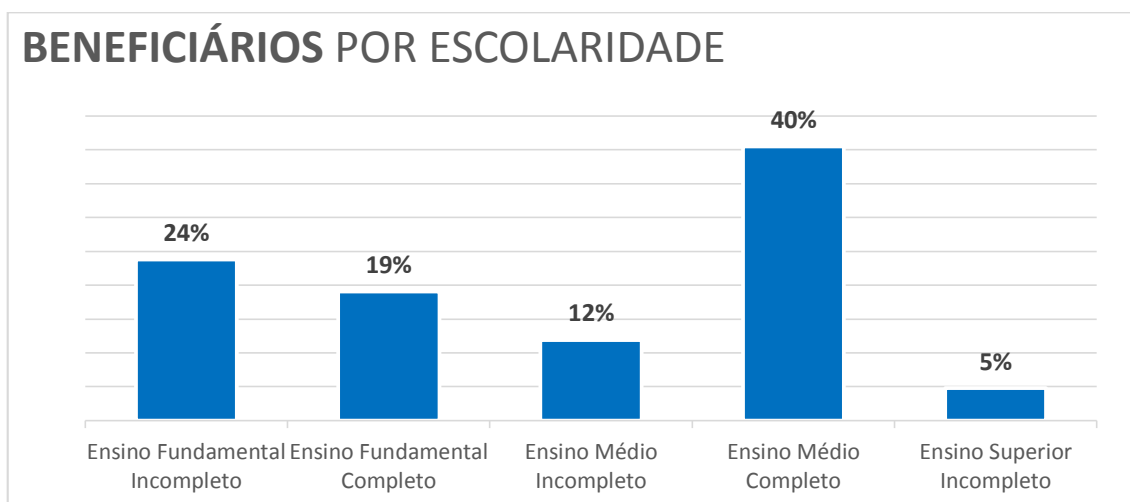
escolha se dá devido a ideia de que as mulheres conhecem melhor a organização familiar e por isso sabem onde aplicar melhor o dinheiro.



Fonte: Elaboração própria

3. Escolaridade – Pesquisados

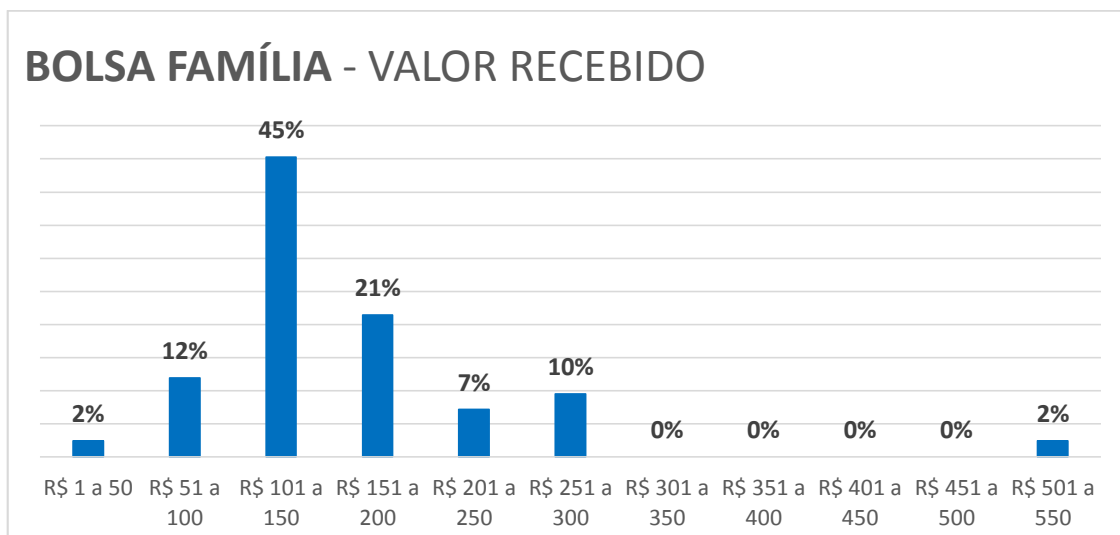
Constatou-se que 55% dos entrevistados não possuem Ensino Médio completo. No entanto, 40% deles possuem ensino médio completo e 5% estão cursando nível superior, o que pode ser visto como percentuais altos considerando a dificuldade que as pessoas de baixa renda possuem para acessar a educação em níveis mais elevados.



Fonte: Elaboração própria

4. Valor recebido no Bolsa Família

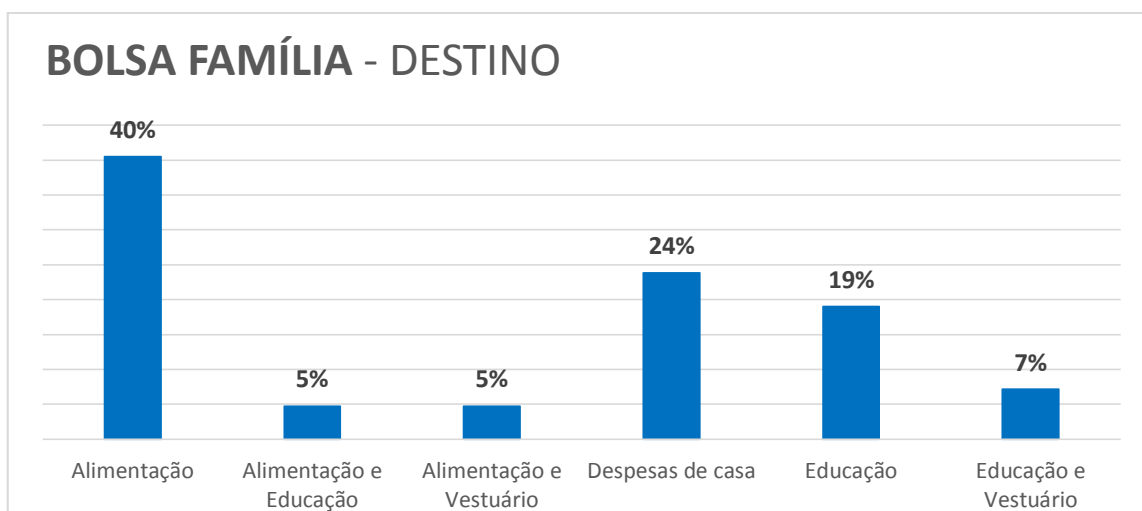
Constatou-se que 59% dos entrevistados recebem entre R\$1 a R\$150 de Bolsa Família.



Fonte: Elaboração própria

5. Destino dado ao Bolsa Família

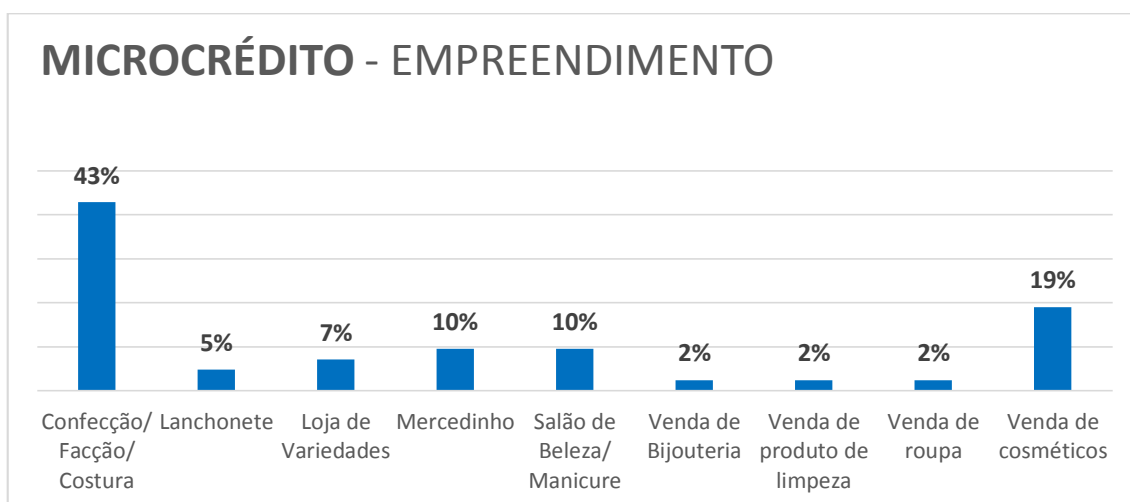
Constatou-se que 50% dos entrevistados gastam o valor do Bolsa Família com alimentação e 31% gastam com educação.



Fonte: Elaboração própria

6. Microcrédito - Empreendimento

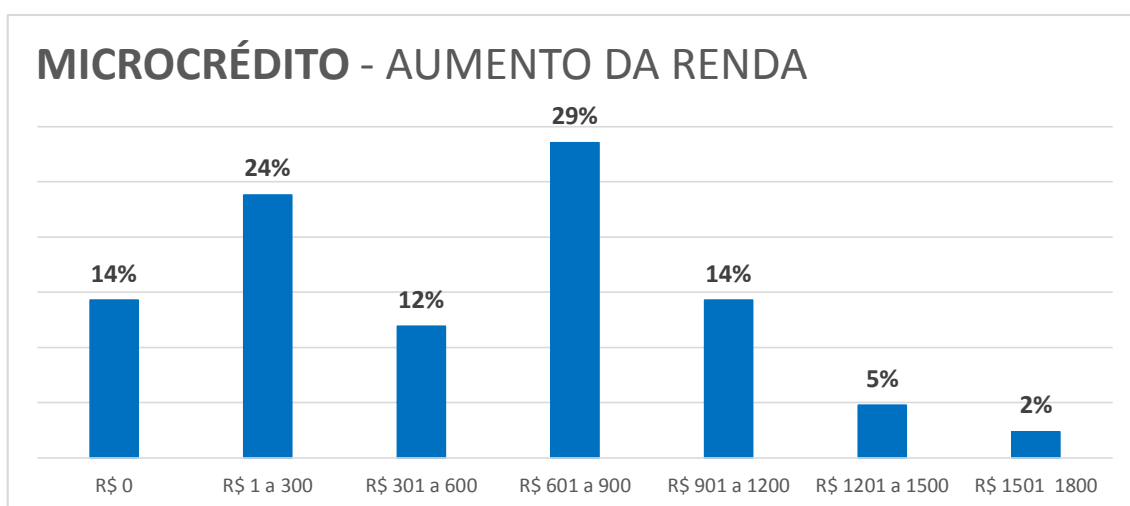
Constatou-se uma grande variedade de empreendimentos dos entrevistados e a maior concentração está em Confecção/Facção/Costura, que corresponde a 43%. A venda de cosméticos também representa um elevado percentual (19%).



Fonte: Elaboração própria

7. Aumento da renda familiar depois do Microcrédito

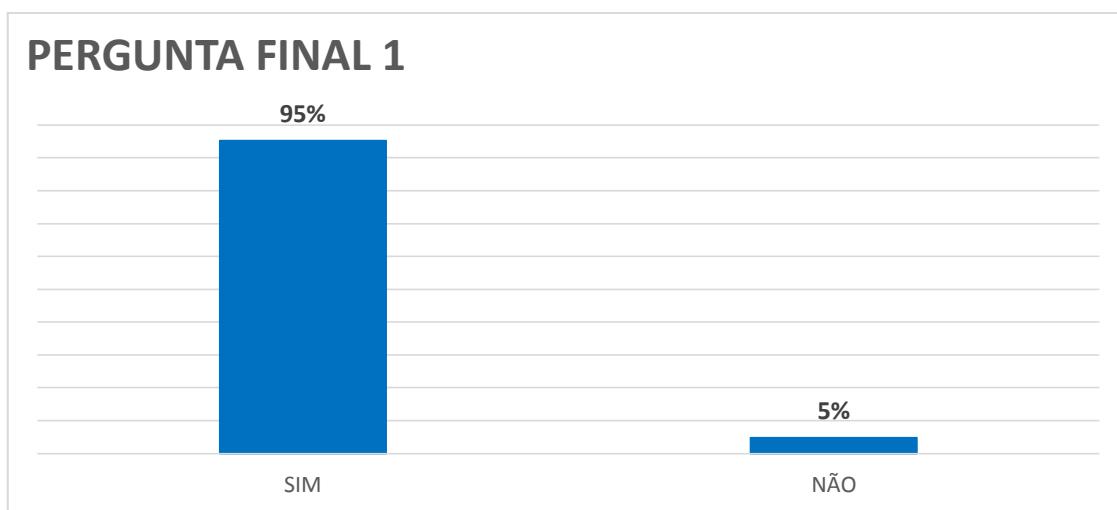
Constatou-se que 14% dos entrevistados não tiveram aumento em sua renda depois do Microcrédito e 36% tiveram aumento de R\$ 1 a R\$ 600. O maior percentual de entrevistados (29%) teve aumento entre R\$ 601 a R\$ 900.



Fonte: Elaboração própria

8. Para concluir a entrevista, foram feitas mais 2 perguntas. A primeira foi: Pensa em ampliar seu empreendimento buscando mais Microcrédito?

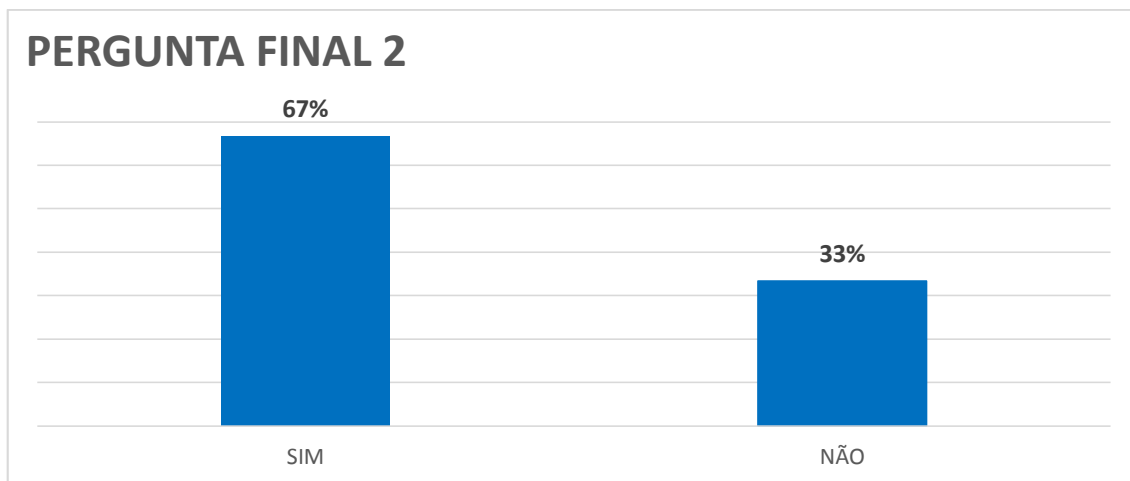
Constatou-se que 95% dos entrevistados pensam em ampliar o seu negócio através do Microcrédito. Os principais itens citados foram reforma, compra de maquinários e compra de produtos.



Fonte: Elaboração própria

A segunda pergunta foi: Com o Microcrédito, você acha que terá condições de viver sem receber o Bolsa Família? Por que?

Foi constatado que 67% dos entrevistados acreditam ter condições de ficar sem receber o Bolsa Família devido a contribuição do Microcrédito para o negócio. Porém, 37% acreditam que não poderiam ficar sem receber o Bolsa Família. As principais justificativas foram que o Bolsa Família é um dinheiro garantido todos os meses e é um direito do povo.



Fonte: Elaboração própria

A entrevista, além de fornecer respostas sobre as perguntas feitas, também proporcionou conversas com relatos do dia-a-dia, opiniões e confidências em relação aos programas. Os beneficiários afirmaram investir o dinheiro do Bolsa Família em alimentação, saúde e educação, porém o mesmo não ocorreu com o Microcrédito, onde 2 pessoas afirmaram não investir o dinheiro completo no negócio. Sobre a necessidade de receber o Bolsa Família, 3 pessoas, 7% dos entrevistados, afirmaram não se enquadrarem mais nas condicionalidades do programa por possuírem renda superior a exigida.

Durante as entrevistas, foi identificado o receio das pessoas em participar e responder as perguntas, pois muitas demonstraram medo de perder o Bolsa Família.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem buscado diversas formas para a redução da pobreza e geração de emprego e renda. O Bolsa Família tem sido um programa bem-sucedido e serve de inspiração para muitos países com problemas sociais semelhantes aos do Brasil.

O programa mostrou-se positivo na redução da pobreza. Apresenta custos baixos correspondendo a 0,45% do PIB e impactos significativos na redução da pobreza. Além da transferência de renda, o programa apresenta

condicionalidades ligadas a saúde e a educação que contribuem no desenvolvimento da criança, colaborando a curto e a longo prazo para a evolução da sociedade. Todos os entrevistados afirmaram investir o dinheiro em necessidades da família, porém, o programa apresenta uma deficiência em seu formato de acompanhamento. Utilizando-se das entrevistas realizadas aos beneficiários, foi constatado a ausência de fiscalização junto às famílias. O programa contribuiu para diminuir a pobreza e garantir as necessidades básicas, mas em determinados casos, ele não se faz mais necessário. Foi constatado que algumas pessoas não atendem mais ao perfil financeiro do programa, porém continuam sendo beneficiadas. Com a ausência de fiscalização, o programa acaba investindo em um público errado e perde a sua essência.

A busca por microcrédito tem crescido em todo o país. Ele contribui no crescimento e na prosperidade do negócio quando investido de forma correta e orientada. Revelou-se que em alguns casos, os empreendedores não investem o dinheiro de forma correta. Salienta-se a necessidade de um acompanhamento mais intenso por parte do agenciador do crédito. Apesar disso, o programa tem contribuído para o desenvolvimento da região com a geração de emprego e renda e no desenvolvimento do empreendedorismo. Ele tem proporcionado um crescimento no negócio através da aquisição de matéria prima, investimentos em maquinário e reforma. Do universo entrevistado, 86% tiveram um crescimento em sua renda, 50% tiveram um crescimento acima de R\$ 600,00 e 23% tiveram um crescimento acima de R\$ 900,00. O Microcrédito tem contribuído no aumento da renda dos beneficiários.

Foi possível constatar também que os beneficiários, na sua maioria, não possuem interesse em deixar de receber o Bolsa Família. Eles alegam que é um direito deles e que contribui no orçamento familiar, principalmente se ocorrer algum imprevisto em seus negócios como por exemplo a queda nas vendas. Apesar de algumas pessoas declararem não se enquadrar mais nos requisitos do Bolsa Família, percebeu-se o desinteresse da desvinculação.

Em suma, esses resultados mostram que as transferências de renda cumprem um papel importante e positivo na redução da pobreza e da desigualdade social. Faz-se necessário apenas alguns ajustes para um melhor

resultado do programa. Esses ajustes podem ser ligados, além de um acompanhamento efetivo do governo, a condicionalidades que envolvam o empreendedorismo. O microcrédito também pode passar a financiar novos negócios com o propósito de incentivar e aflorar veias empreendedoras, já que o dinheiro investido pelo governo no programa retorna e dessa forma faz a economia girar. Com a participação do Microcrédito incentivando o empreendedor e, como consequência, contribuindo no crescimento da renda familiar, torna-se possível a emancipação do programa Bolsa Família.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINE, Renata. **Concentração de renda no Brasil pode estar subavaliada, diz estudo.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1520602-concentracao-de-renda-no-brasil-pode-estar-subavaliada-diz-estudo.shtml>> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.
- BARONI, Francisco Marcelo *et al.* **Introdução ao Microcrédito.** Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65p.
- BARBOSA, Bernardo. **Mesmo com baixo acesso a saneamento, Brasil ainda investe pouco no setor, diz CNI.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/07/18/saneamento-fica-para-tras-em-investimentos-de-governos-e-empresas-mostra-estudo.htm>> Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.
- BNDES. **O que é Microcrédito?** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/o_que_e_microcredito.html> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.
- BRASIL, Governo Federal. **Portal Brasil.** Confira os blocos políticos e econômicos dos quais o País participa. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/07/confira-os-blocos-politicos-e-economicos-dos-quais-o-pais-participa>> Acesso em: 15 de outubro de 2016.
- BRASIL, Portal. **Estudo diz que microcrédito cresceu no Brasil entre 2013 e 2014.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/estudo-diz-que-microcredito-cresceu-no-brasil-entre-2013-e-2014>> Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo *et al.* **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa.** Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109261240050.LivroCAIXA_C_0.pdf> Acesso em: 02 de abril de 2017.
- CABRAL, Bruno. **A trajetória econômica de Fortaleza e os potenciais da cidade.** O Povo. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2015/04/10/noticiasjornaleconomia,3420620/a-trajetoria-economica-de-fortaleza-e-os-potenciais-da-cidade.shtml>> Acesso em: 25 de novembro de 2015.
- CANDIOTA, Gustavo. **Entenda o que é Paridade do Poder de Compra (PPC).** Disponível em: <<http://www.gcprime.com.br/single-post/2016/05/31/Entenda-o-que-%C3%A9-Paridade-do-Poder-de-Compra-PPC>> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

CEPAL. **Desenvolvimento social inclusiva: uma nova geração de políticas para superar a pobreza e reduzir a desigualdade na América Latina e no Caribe.** Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/39100-desarrollo-social-inclusivo-nueva-generacion-politicas-superar-la-pobreza>> Acesso em: 31 de março de 2017.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro; TAPAJÓS, Luziele Maria de Souza; RODRIGUES, Monica. **Políticas Sociais para o Desenvolvimento.** Superar a pobreza e promover a inclusão. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001907/190752por.pdf>> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

CORRÊA, Alexandra. **Com nova metodologia, pobreza no Brasil tem queda mais acentuada, diz Banco Mundial.** Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151009_reducao_pobreza_banco_mundial_ac_lgb> Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

CORRÊA, Juciani Severo. **As contribuições do Programa Bolsa Família: Inclusão e Permanência.** Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2238/152>> Acesso em: 11 de novembro de 2014.

FILHO, Cândido Couto. **Economia do CE é marcada por nove ciclos.** Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/economia-do-ce-e-marcada-por-nove-ciclos-1.27229>> Acesso em: 25 de novembro de 2015.

FORTALEZA, Prefeitura de. **A cidade.** Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/cidade>> Acesso em: 13 de junho de 2016.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira E. **"A Economia do Ceará";** Brasil Escola. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-economia-ceara.htm>>. Acesso em 13 de junho de 2016.

FEDERAL, Governo. **Bolsa Escola do Governo.** Disponível em: <<http://www.programadogoverno.org/bolsa-escola-do-governo/>> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

FURTADO. Douglas R. B. **Bolsa Escola.** Disponível em: <<http://bolsa-familia.info/bolsa-escola.html>> Acesso em: 11 de outubro de 2014.

FURTADO. Douglas R. B. **Bolsa Família.** Fome Zero. Disponível em: <http://bolsa-familia.info/mos/view/Fome_Zero/>. Acesso em: 29 de julho de 2014.

GALANTE, Ana Claudia de Farias. **A importância do conhecimento do Programa Bolsa Família como política pública no atual cenário político-social.** Disponível em: <<https://anacfgalante.jusbrasil.com.br/artigos/145717909/a-importancia-do>>

conhecimento-do-programa-bolsa-familia-como-politica-publica-no-atual-cenario-politico-social> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

GRAZIANO, Xico. **Políticas Sociais no Brasil: pequena história dos programas de transferência de renda.** Disponível em: <<http://www.psd.org.br/politicas-sociais-no-brasil-pequena-historia-dos-programas-de-transferencia-de-renda/>> Acesso em: 16 de outubro de 2016.

G1. **Lula defenda programa de microcrédito.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/06/lula-defenda-programa-de-microcredito.html>> Acesso em: 11 de novembro de 2014.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/338032385/Relatorio-GTDN-pdf>> Acesso em: 31 de março de 2017.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1981.

IBGE. **Brasil.** Países Olímpicos. Disponível em: <<http://pais.ibge.gov.br/#/pt/pais/brasil/info/sintese>> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

IBGE. **Brasil em síntese.** Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/>> Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

IBGE. **Ceará.** Estados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ce>> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

IBGE. **Cidades.** Fortaleza. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230440&search=||infor%EFicos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 16 de outubro de 2016.

IBGE. **Estimativas da População residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2016.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_do_u_2016_20160913.pdf> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

IPECE. **A Evolução do PIB dos Municípios Cearenses no Período 2002-2010.** Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_49_20_dezembro_2012.pdf> Acesso em: 25 de novembro de 2015.

LEVY, Luiz Eduardo C. **Os problemas sociais da região nordeste.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/os-problemas-sociais-da-regiao-nordeste/137907/>> Acesso em: 31 de março de 2017.

MACHADO, Rosana Pinheiro *et al.* **Bolsa Família: 11 anos e 11 conquistas.** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/bolsa-familia-11-anos-e-11-conquistas-4636.html>> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo.** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mandel/1981/mes/capitalismo.htm>> Acesso em: 31 de março de 2017.

MARIANI, Daniel *et al.* **10 índices econômicos e sociais nos 13 anos de governo PT no Brasil.** Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/09/02/10-%C3%ADndices-econ%C3%B4micos-e-sociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil>> Acesso em: 29 de março de 2017.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia:** tratado introdutório. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MARTINS, Luiza. **Brasil fica em 75º no ranking do IDH, atrás do Sri Lanka.** Brasil. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-fica-em-75-no-ranking-do-idh--atras-do-sri-lanka,10000004754>> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

MATA, Milton da. **Concentração de renda, desemprego e pobreza no Brasil.** Análise de uma amostra de municípios em 1970. Rio de Janeiro, 1979. p.161.

MDS. **Benefícios.** Bolsa Família. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acesso em: 16 de janeiro de 2017.

MDS. **O que é.** Bolsa Família. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>> Acesso em: 16 de janeiro de 2017.

MDS. **Desenvolvimento Social.** Guia de políticas e programas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Brasília, 2008. 150p.

MDS. **O que é e para que serve.** Cadastro Único. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acesso em: 16 de janeiro de 2017.

MDS. **Principais programas e ações do MDSA.** Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php>> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

MDS. **Programas que atendem aos inscritos.** Cadastro Único. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/programas-e-beneficios>> Acesso em: 16 de janeiro de 2017.

MDS. **Quem pode se cadastrar.** Cadastro Único. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve/quem-pode-se-cadastrar>> Acesso em: 16 de janeiro de 2017.

MIGUEL, Antonia Celene. **Microcrédito no Brasil: uma agenda de política pública para o mercado de microfinanças.** Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/5182/4247>> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

MORITA, Marcos. **Artigo – Bolsa Família versus microcrédito: o peixe ou a vara?** Disponível em: <<http://www.informamidia.com.br/artigo-bolsa-familia-versus-microcredito-o-peixe-ou-a-vara/>> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

MT. **Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).** Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/empreendedorismo/pnmpo>> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

MTE. **Beneficiários do Bolsa Família contam com projeto de microcrédito do Ministério.** Disponível em: <<http://mte.jusbrasil.com.br/noticias/144860/beneficiarios-do-bolsa-familia-contam-com-projeto-de-microcredito-do-ministerio>> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

MOTA, Camilla Veras. **Ipea: cada R\$ 1 gasto com Bolsa Família adiciona R\$ 1,78 ao PIB.** Disponível em: <<http://www.controversia.com.br/blog/2016/05/07/ipea-cada-r-1-gasto-com-bolsa-familia-adiciona-r-178-ao-pib/>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

NAIM, Moises. **Moises Naim On The obsessão com Cuba.** Disponível em: <<http://www.newsweek.com/moises-naim-obsession-cuba-80307>> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

NOGUEIRA, Pérysson. **Economia Cearense na Colônia.** Disponível em: <<http://histfacil.blogspot.com.br/2009/08/economia-cearense-na-colonia.html>> Acesso em: 25 de novembro de 2015.

PEREIRA, José Matias. **Economia Brasileira.** São Paulo. 2003. p.154.

PIRES, Laura. **Bolsa Família e empoderamento feminino.** Disponível em: <<http://www.revistacapitolina.com.br/bolsa-familia-e-empoderamento-feminino/>> Acesso em: 29 de março de 2017.

PLANALTO. **LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm> Acesso em: 16 de janeiro de 2017.

PLANALTO. **LEI Nº 11.110, DE 25 DE ABRIL DE 2005.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11110.htm> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência. New York, 2014. p.167.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**. O trabalho como motor do desenvolvimento humano. New York, 2015. p. 48.

RAMOS, Euélica Fagundes. **Os Programas de Transferência de renda no Brasil e O Enfrentamento das Expressões da Questão Social**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/sociologia/os-programas-transferencia-renda-no-brasil.htm>> Acesso em: 11 de novembro de 2014.

REVISTA PÚBLICO P. **Nobel da Paz atribuído a Muhammad Yunus e ao banco Grameen**. Disponível em: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/nobel-da-paz-atribuido-a-muhammad-yunus-e-ao-banco-grameen-1273234#/0>> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

SANTOS, Francisca Lia Girão *et al.* **Diretrizes de Desenvolvimento para o Nordeste: As Ideias de Furtado Frente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1372> Acesso e: 31 de março de 2017.

SILVA, Carlos Antônio da. **Página do Microcrédito**. Disponível em: <<http://microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito/>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

ZOUAIN, Debora Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. **Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00347612200700020010> Acesso em: 22 de janeiro de 2017.

ZUBELLI, Luana Máira Rufino Alves. **Perspectiva do Microcrédito para a redução de pobreza no Brasil**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/LUANA_MARA_RUFINO_ALVES_ZUBELLI.pdf> Acesso em: 16 de novembro de 2016.

ANEXO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - CIÊNCIAS ECONÔMICAS
MONOGRAFIA: PERSPECTIVAS DO MICROCRÉDITO PARA OS BENEFICIÁRIOS
DO BOLSA FAMÍLIA EM FORTALEZA****ALUNA: ROSANA MARQUES LOBO****ENTREVISTA REALIZADA COM BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS BOLSA
FAMÍLIA E MICROCRÉDITO**

Data:

IDENTIFICAÇÃO

Autoriza ser divulgado o nome:

Nome:

Bairro:

Data de Nascimento:

Sexo:

Escolaridade:

BOLSA FAMÍLIA

É beneficiário do Bolsa Família desde quando?

Quantas crianças recebem o Bolsa Família?

Quanto recebe de Bolsa Família?

Qual destino dado ao dinheiro do Bolsa Família?

MICROCRÉDITO

É beneficiário do Microcrédito desde quando?

Qual o seu empreendimento?

Depois do microcrédito, quanto sua renda aumentou por mês?

PERSPECTIVAS

Você pensa em ampliar seu empreendimento, buscando mais Microcrédito?

Com o Microcrédito, você acha que terá condições de viver sem receber o Bolsa Família? Por que?